



Anais da Assembléia



Nº 56

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 21 DE JUNHO DE 1989

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

ATA DA SESSÃO ESPECIAL

REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 1.989

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Werner Wanderer e Pirajá Ferreira.

As quatorze horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ESPECIAL

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE: (Anibal Khury): Sob a proteção de Deus, declaro aberta a Sessão Pública Especial, com a finalidade de debater o momento político brasileiro, a consolidação da democracia e o combate a todas as formas de terrorismo. A presente sessão acontece em decorrência de requerimento de autoria de S. Exas. os Deputados Nereu Massignan, Luiz Alberto Oliveira, aprovado na Sessão Ordinária do último dia 05 do corrente, cujo inteiro teor será lido por S. Ex.ª o Senhor 1º Secretário desta Casa.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Werner Wanderer)
(Lê) Súmula do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Na presente sessão farão uso da palavra representantes dos Poderes constituídos do Estado, além dos representantes de Partidos Políticos, com ou sem representação nesta Casa.

A Mesa esclarece, ainda, que na presente sessão o uso da palavra será concedido a representantes de classes, associações, entidades sindicais, representantes eclesiásticos, institutos, pelo prazo máximo de cinco minutos, sendo que para tanto os interessados em pronunciar-se deverão inscrever-se previamente junto à assessoria da mesa, declinando seu nome e o nome da entidade que representa.

Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Abrahão Miguel, Senhores Deputados, senhoras, representantes das classes aqui presentes:

(Lê) "Ao abrir esta sessão especial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, queremos solenizar o compromisso das lideranças políticas aqui representadas, pela defesa da democracia.

O Estado democrático de direito, implantado com a Constituição de 1988, tem como seus fundamentos principais, consoante o artigo 1º da Lei Magna, a soberania do povo para o exercício do poder, diretamente ou através de seus representantes eleitos; o pluralismo político, a dignidade da pessoa humana e a cidadania, a promoção dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

Em outras palavras podemos dizer que a democracia se exercita mediante "o acesso não discriminado à cidadania, competição eleitoral aberta, apuração honesta dos pleitos e possibilidade de mudança pacífica dos partidos no poder", segundo a lição de Rustow.

O Estado democrático é aquele em que a legitimação do poder público só ocorre pelo consenso do povo e o governo é compreendido como tarefa temporária, de modo que nenhuma competência decisória possa furtar-se à eleição e à mudança.

Mas não basta: para uma sociedade ser democrática reclama-se ainda a participação de todos os cidadãos, na formação da vontade política; ainda que intermitente, através de eleições e, de modo permanente, através de formas diretas de participação e via opinião pública. Ainda, um sistema pluralista pede que a definição da política do Estado seja obtida mediante o concurso, o debate aberto de valores reconhecidamente comuns. É o respeito a um quadro de instituições básico fixado por uma lei

fundamental a que chamamos Constituição.

Finalmente, o reconhecimento da dignidade da pessoa exige a moderação do poder estatal, obtida pela repartição de competências e estrito reconhecimento da liberdade pessoal.

No Estado de direito democrático o poder público não pode tudo: detém-se ante os valores fundamentais do cidadão, membro livre e soberano da sociedade civilizada. E nele os poderes do Estado devem ser separados, como forma de evitar a tirania, na lição imortal de Montesquieu.

Regime de compromisso político, onde a regra é a negociação entre as partes componentes para a formulação de uma vontade social majoritária, a democracia é também o sistema mais flexível de gestão da sociedade humana. Regime de mudanças, que leva à adaptação e ao progresso, corrigindo suas imperfeições a cada ciclo, atento à lenta e prudente evolução da escala civilizatória.

Como lembrou Churchill, "a democracia é o pior dos regimes, com exceção de todos os demais". O grande estadista britânico estava consciente da limitação natural do ser humano, mas sabia que o sistema democrático representa a forma superior de organização da sociedade dos homens.

O SR. PRESIDENTE: (Aníbal Khury) (termina de ler) convido o ilustre Deputado Nereu Carlos Massignan para assumir a presidência dos trabalhos.

O Presidente do Tribunal de Justiça Desembargador Abrahão Miguel tem uma sessão das Câmaras do Tribunal de Justiça e pede licença para se retirar.

(Assume a presidência Deputado Nereu Carlos Massignan).

O SR. PRESIDENTE (Nereu Carlos Massignan) - Dando prosseguimento à sessão, eu vou ler novamente a forma de inscrição dos interessados nos seguintes termos:

"Na presente sessão farão uso da palavra representantes dos poderes constituídos do Estado, além de representantes de partidos políticos com ou sem representação nesta Casa".

A Mesa esclarece ainda que na presente sessão o uso da palavra será concedido a representantes eclesiais, institutos, pelo prazo de 5 minutos, sendo que, para tanto os interessados em pronunciar-se deverão inscrever-se previamente junto à assessoria da Mesa declinando seu nome e o nome da entidade que representa. A inscrição se fará aqui ao lado, à minha esquerda.

Na sequência passaremos a ouvir os pronunciamentos das lideranças políticas cujos partidos acham-se representados nesta Casa.

Concedo a palavra a Liderança do Par-

tido dos Trabalhadores, Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, demais presentes a esta sessão especial que tem o objetivo de sensibilizar a opinião pública do "Estado do Paraná", para que se preocupe com o momento político, o momento econômico e o momento social e, paralelamente, a crise política, econômica e social que a Nação atravessa.

Esta sessão é uma sessão de reflexão para que todos nós sejamos agentes da cristalização dos pequenos avanços democráticos que às duras penas foram conquistados depois de 30 anos de ditadura e de tutela à vontade militar ou à vontade das elites dominantes.

A democracia obviamente está em perigo. E esse perigo está muito mais próximo do interesse das minorias do que das maiorias que vivem e que produzem neste país.

É por isso que hoje a violência, tem contornos incompatíveis com a democracia, o desrespeito aos direitos humanos continua muito presente, a nossa Nação, e os organismos internacionais não cansam de denunciar esta situação.

A violência policial está muito presente, no cotidiano, agora mesmo a Anistia Internacional investiga o caso de tortura no Paraná. Recentemente a Anistia denunciou os dezoito casos de prisão e confinamento, onde morreram por asfixia, em São Paulo. Os meninos e as meninas de rua são vítimas, preferencialmente, dessa brutalidade.

A violência da fome atinge milhões de brasileiros, pois mais da metade da população brasileira está vivendo em condições desumanas. A ameaça à democracia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, parte daqueles que exercem liderança no País, parte do Governo, parte do Poder instituído. O terrorismo que assola o País, tem endereço certo, e não temos dúvida que parte sob iniciativa do Palácio do Planalto!

Um salário-mínimo de oitenta e um cruzados, por mês, é uma violência, é um ato de desumanidade!

E nos preocupa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este momento. Tivemos exemplo na Venezuela, temos aí o exemplo argentino, e não somos apocalípticos, mas no Brasil, se medidas democráticas não forem tomadas, não temos dúvida que o País caminhará para a convulsão social. Os sinais de desespero e de desesperança, por parte do povo, estão aí, e estes sinais são capazes de quebrar todas as leis! Não é jogo de fantasia imaginar que as multidões esfaimadas decidem se apossar dos excedentes que estão acumulados, nos supermercados e nas lojas. A tolerância tem os seus limi-

tes e a justiça social, nos níveis que é praticada hoje no Brasil, não dá a menor chance de sobrevivência à democracia.

Ontem o Governo Federal editou a Medida Provisória de número 70, é mais uma medida terrorista, Sr. Presidente, Srs. Deputados! É um dos mais novos atos terroristas, partido do Palácio do Planalto, desde ontem todos os preços estão liberados e os empresários, de agora em diante, estão sossegados, mesmo com a inflação disparando novamente, agora eles podem programar os seus lucros, pois enquanto isso, o Governo insiste em manter os salários em patamares inaceitáveis, do ponto de vista da classe trabalhadora! Os aposentados, que conquistaram com a Nova Constituição, o direito de ter seus proventos atualizados, foram atraídos por uma alquimia matemática que criou um novo mínimo, com um abono. Este desprezo aos aposentados é mais um atentado à democracia brasileira. Conhecemos a democracia da maioria, mas, no Brasil, as elites insistem em implementar uma nova democracia, onde apenas uma minoria controla as riquezas e controla o poder político.

Nós, que lutamos pela democracia, temos que ter a consciência que não haverá democracia, neste País, enquanto não estabelecermos mecanismos democráticos de distribuição da renda e distribuição da riqueza.

Este é o desafio que aguarda o novo Presidente, sem vontade política para implementar a justiça social no País, o Brasil caminhará inevitavelmente para a confrontação e para a desagregação social.

Este é o desafio, esta é a reflexão que este dia, o dia de reflexão em defesa do direito dos trabalhadores nos chama este momento.

Não podemos mais, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ficar calados diante da situação que aí está. Aqueles que reclamam porque não dá para viver com oitenta e um cruzados por mês, que através das negociações democráticas não conseguem sensibilizar os patrões e o Governo, qual é a resposta que estão tendo? A repressão, ou então a demissão, a perseguição e a falta de liberdade, a falta de participação daqueles que precisam viver neste País, que são os trabalhadores.

Essas são algumas indagações que neste momento coloco em discussão com os senhores líderes políticos, com os senhores líderes classistas, com os nobres Parlamentares que representam as forças políticas do Paraná neste Parlamento, e que hoje temos responsabilidades em abrir a boca, levantar a voz e gritar em defesa desta realidade triste, porque senão as elites dominantes através dos seus mecanismos, terão facilidades em recuperar o pouco terreno

que perderam nesses poucos anos de luta.

Era isso Sr. Presidente, era isso Srs. Deputados e muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE: (Nereu Carlos Massignan)

Com a palavra a representação da Liderança do Partido Liberal.

(Declina).

Havendo declinado, com a palavra a representação da Liderança do Partido da Reconstrução Nacional.

(Declina).

Havendo declinado, com a palavra a representação da Liderança do P.T.B.

(Declina).

Havendo declinado, com a palavra a Liderança do PTN.

(Declina).

Havendo declinado, com a palavra a Liderança do PFL.

(Declina).

Havendo declinado, com a palavra a Liderança do PDC.

(Declina).

Havendo declinado, com a palavra a Liderança do PDS, Deputado Luiz Alberto Oliveira. A Mesa esclarece que o Deputado Luiz Alberto Oliveira é o autor da proposição de instalação desta sessão especial, que hoje estamos realizando.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Exmo. Sr. Deputado Aníbal Khury, Presidente do poder político do Estado do Paraná, e sobre quem, muitas vezes, recai a responsabilidade de arcar com os sonhos e com as esperanças de 9 milhões de brasileiros do Paraná, de vez que esta é a Casa política, onde todas as representações da manifestação dos diversos segmentos da sociedade se fazem ouvir, muito mais às vezes, nesta Casa, que é pluripartidária por excelência, do que o Poder Executivo, ou no Poder Judiciário que tem as suas tarefas nobres de julgar os problemas judiciários deste Estado.

Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, que preside esta sessão, minhas Sras., meus Srs. Srs. Líderes partidários, Sras. e Srs.: esta sessão pública do poder político do Paraná é prova mais do que suficiente, de que a transição democrática apregoada pelos que mandam no País, não é só uma farsa, como ameaça ainda mergulhar a Nação brasileira num impasse de superação extremamente difícil, tão difícil quanto tem sido superar programas dos países do Cone Sul.

Em primeiro lugar quero cumprimentar os Srs. e as Sras. Deputadas, a Mesa da Assembleia Legislativa pela decisão de realizar esta sessão pública nascida de um contato entre diversos partidos, e encabeçada por um ex-Deputado desta Assembleia

Legislativa, meu companheiro da região sudoeste, o Deputado Deni Lineu Schwartz, e encaminhada através de requerimento formulado pelo Deputado Nereu Carlos Massignan, e por eminentes líderes partidários desta Casa, possibilitando que partidos políticos, até sem representação nesta Casa, tivessem vez e voz, como igualmente representantes de entidades organizadas da sociedade, entidades de empregadores, de empregados e de outros segmentos, das chamadas profissões liberais e dos movimentos religiosos.

É uma experiência, Sras. e Srs., nova no Parlamento brasileiro, e é de se esperar que essa idéia vingue, para a aproximação da sociedade com os seus representantes especialmente, para o debate dos grandes problemas nacionais.

Não é preciso estender-se em considerações sobre o momento de dificuldades enfrentadas pelo povo brasileiro, nem sobre os atentados e nem sobre as ameaças que pairam sobre a marcha do processo sucessório nacional.

Claro, que todos desejamos a realização das eleições de novembro próximo, que os atentados registrados nos últimos tempos e os assassinatos de lideranças, de movimentos reivindicatórios, e os conflitos entre os que têm demais e os que não têm nada, não venham a se constituir numa pretensa causa, para a não realização das eleições.

Os atentados que estão sendo noticiados quase que diariamente, por serem atos que, pela sua natureza ganham maior repercussão, fazem eles parte contudo, de um contexto mais amplo, sobre o qual é preciso que se reflita com mais atenção.

Centenas de pessoas são assassinadas diariamente neste País por marginais, por facínoras, por esquadrões da morte, pela truculência policial, pelos maus policiais que se valem da habilitação legal de portar arma, pelos que, em nome da própria fome e da fome dos que roubam e às vezes matam, centenas e centenas de pessoas morrem de fome, milhares de crianças morrem de subnutrição, milhares estão abandonados, órfãos de pais, de sonho e de esperança.

A crise brasileira é mais profunda, é muito mais profunda do que o terror manifesto ou das ameaças ao processo de redemocratização. É mais grave do que a decisão do eleitorado em ungir em entre tantos pretendentes em assumir a direção do País. Claro, de enveredar o Brasil para o caminho da não-eleição é um golpe tramado pelos inimigos do povo e da democracia, é um ato de insânia para criar as condições da ruptura da marcha que bem ou mal, com todos os percalços conhecidos, vem se encetando.

O que parece fundamental, entretanto, nesta quadra é que toda a Nação brasileira, por atos incisivos e manifestações claras, exija, com firmeza, do Governo Federal, do Governo do Presidente José Sarney já que a ele foi dado, num segundo turno de votação da Constituinte, mais um ano de mandato exija, esta sociedade, que governe dentro dos princípios elementares da administração pública e não abandone o País a sua própria sorte, jogando-se nos passeios pelo mundo como fuga a realidade de quem não suporta ver, pelo clamor de quem não quer ouvir, pela tragédia da qual quer se esconder. Se a crise já apresenta os contornos de sinistroses, de verdadeiro pânico nacional, é necessário ter a clara consciência de que a persistência do desgoverno até março do ano que vem, fatalmente, engendrará condições ainda mais adversas para quem assumirá a responsabilidade de tentar salvar a Nação brasileira. Isto nunca será tarefa fácil, não por culpa dos políticos ou dos que eventualmente assumem a responsabilidade da administração pública. Por culpa, sim dos enormes e complexos interesses em jogo.

Devemos, todos, lutar pelas eleições, combatendo as ameaças que possam vir a inviabilizá-la, mas devemos sobretudo iniciar um trabalho de reordenação da vida nacional, na qual o interesse maior do País, sobreponha-se aos interesses menores dos que lutam por espaço, por vantagem, por privilégios.

Acho que o futuro não deve começar a ser construído a partir somente da eleição do novo Presidente, mas é uma tarefa urgente, cujo início deve ser dado desde agora e creio que esta sessão memorável, simples, tem uma simbologia muito maior, porque é o momento em que partidos, dependências políticas diferentes se unem, ocupam esta tribuna e se propõe a iniciar a grande tarefa de reconstrução nacional.

Vamos, Deputado Nereu Carlos Massignan que preside esta sessão, fazer repercutir essa nossa iniciativa pelas Câmaras Municipais, pelas demais Assembléias Legislativas, pelos sindicatos, pelo povo organizado, para atingir uma unidade nacional em torno do que realmente importa, a felicidade do povo e a realização dos seus sonhos aparentemente impossíveis deste nosso Brasil.

Podemos, se quisermos, se tivermos coragem para isto, podemos e seremos maiores do que os nossos próprios sonhos e para isto não haverá de faltar nem talento e nem vontade na sociedade paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- (Nereu Carlos Massignan) - Com a palavra a Liderança do PSDB. Falará em nome da Liderança Tucana,

o ex-Deputado Deni Lineu Schwartz, Presidente do Diretório Regional do PSDB no Paraná.

O SR. DENI LINEU SCHWARTZ - Sr. Presidente da Assembléia Legislativa: foi com muita satisfação que vi a presença também do Presidente do Judiciário na abertura desta sessão, Sr. Deputado Nereu Massignan que preside a Sessão Especial, Sras. e Srs. Deputados, Presidentes dos diversos partidos, lideranças partidárias e principalmente lideranças sindicais e trabalhadores aqui presentes.

Nós estamos comemorando este ano, duzentos anos da Revolução Francesa e esse nosso Continente, esta desgraçada América Latina continua a ter de fazer sessões especiais em defesa da democracia.

Que seremos nós, latino-americanos, diferentes dos demais, que já conseguiram há duzentos anos fazer a sua revolução, seremos sub-homens, estaremos mais próximos do macaco do que do homem civilizado. O que tem levado a nós, termos ciclos rápidos de democracia, entremeados com longos períodos de regimes autoritários.

É oportuno lembrar nesta sessão o manifesto e o pronunciamento do ex-Presidente da Venezuela Rafael Caldeira e que hoje está estampado no Jornal "Folha de São Paulo", entre outras coisas diz o ex-Presidente hoje líder da oposição naquele país, sobre os acontecimentos que levaram à morte, cerca de 300 trabalhadores que reivindicavam melhores condições de vida.

Preocupa-me que o Congresso vá se diminuir numa guerra de faca entre o Governo e Oposição.

Penso que é necessário dar outro exemplo. É necessário que uns e outros estejam dispostos a buscar caminhos do entendimento. Mas esses caminhos não se alcançam com posições unilaterais e intransigentes.

Em todos os países da América Latina nos angustiamos pelo que possa ocorrer.

Temos o dever de abrir caminho e tornar realidade a chamada, entre aspas, "conservação", que consiste fundamentalmente no diálogo, mas não no diálogo depois que as posições estejam tomadas e sim no diálogo para tomar posições.

E conclui o ex-Presidente da Venezuela: que cada um assuma sua cota de sacrifício. O perigo ameaça toda a Nação. Os partidos que tem maior representação popular são os que carregam maior responsabilidade e tem mais a perder.

Um outro fato ocorrido neste nosso país, há alguns anos atrás, demonstra que o brasileiro não pode só ser solidário no câncer, naquela frase cunhada, quando a solidariedade nacional envolveu o Brasil todo quando morria o médico, o Napoleão, lá em Pernambuco e que levou a dizer e se

afirmar que brasileiro só é solidário no câncer. Não. Nós tivemos, não adversários políticos, nós tivemos inimigos políticos, em determinado momento da história, quando mais cruel era a repressão. Na ditadura militar, nós víamos verdadeiros inimigos políticos se despirem da sua condição de adversários e se aliarem na Frente Ampla, unindo Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Por isso nessa Sessão Especial na Assembléia nos parece que todos nós, Deputados lideranças partidárias, liderança de trabalhadores, trazemos um fato novo à política paranaense.

Um fato novo talvez expresso neste Manifesto assinado pelos Presidentes de dez partidos e que, eu tenho absoluta certeza, é avalizado também pelos demais Presidentes de Partidos instituídos no Paraná, mas que não tiveram oportunidade de fazê-lo, de reunirmos partidos antagônicos, ideologicamente antagônicos, mas que em defesa a democracia se aliam, se unem, para evitar que aqueles poucos que na escuridão dos recintos mais fechados procuram fazer deste país aquilo que tem sido contumaz na América Latina, novamente entremear um curto espaço de democracia, quando damos os primeiros passos, entremear esse curto espaço em talvez um mais longo tempo de ditadura.

Por isso quando os atentados ocorrem em todos os cantos do Brasil, onde os atentados que constam do Manifesto já são acrescentados pela constatação da própria Polícia Federal de que a obra por muitos contestada e que pode até ser questionada de Tucuruí, também sofreu seu atentado, quando o principal dos atentados ocorre diariamente, semanalmente nesta Pátria, que é o atentado contra a dignidade humana, quando já temos nas ruas, meu caro Pedro Tonelli, não a perspectiva de uma convulsão, já temos nas ruas uma verdadeira convulsão ou não é verdade que autoridade alguma domina hoje grandes pedaços das favelas do Rio de Janeiro, quando já temos alguns cientistas políticos preocupados em ver um quadro onde de repente favelados aos milhares desceriam os morros do Rio de Janeiro, numa reprise do que ocorreu recentemente em Mendoza, há que se preocupar sim com a democracia. E esperar que a sociedade, como um todo, talvez acorde na sua sonolenta atitude em relação principalmente aos políticos, quando os políticos são vítimas da mais atroz das campanhas que se fez contra o Parlamento e contra os Parlamentares. Nós, que hoje que não ocupamos e não somos parlamentar, nos julgamos no direito de, como cidadãos, antes de mais nada, reclamar da sociedade, a consideração para com os políticos, para com os partidos, porque só através de par-

tidos e de políticos seremos uma democracia.

Meus caros Deputados, Lideranças aqui presentes, nós do Partido da Social Democracia Brasileira estamos solidários com os movimentos dos partidos, dos Parlamentares e especialmente dos movimentos que a própria sociedade, muitas vezes minoritariamente, já começam aqui mesmo no Paraná, através do Comitê de Defesa da Democracia e dos Trabalhadores, a manifestar a sua preocupação para com a nossa democracia.

Nós haveremos, a sociedade como um todo, de afastar essa preocupação que nos vai evitar entrar num velho jogo daqueles que preferem a ditadura à democracia.

A união de todos nós que somos a maioria levará indiscutivelmente a consolidação da democracia brasileira.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Nereu Carlos Massignan)
- Com a palavra a representação da Liderança do PDT. Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhores e Senhoras aqui presentes que vieram até o plenário desta Casa que normalmente fica com as suas galerias vazias em dias normais de sessões, mas que hoje, numa demonstração de preocupação de toda a classe política e da classe trabalhadora desta cidade e deste Paraná, engrandece esta Casa, aberta pelo seu Presidente Deputado Anibal Khury, e ao mesmo tempo engrandece também pela iniciativa tomada pelos Deputados Nereu Massignan e Luiz Alberto Oliveira.

E o PDT não poderia de forma alguma ficar de fora desta manifestação e vem também trazer a esta Casa a sua contribuição, a sua parcela também de responsabilidade neste momento tão difícil pelo qual passa o nosso País, no momento em que forças ocultas procuram de uma forma ou de outra evitar que as eleições se realizem, evitar que o processo democrático tenha o seu andamento normal neste País.

(Lê) "O agravamento da crise estrutural, com a distensão da mola inflacionária, a submissão às orientações recessivas do FMI, a retomada das negociações com os banqueiros internacionais em torno da dívida externa, o abandono de qualquer proposta de reforma agrária e o aprofundamento da política de arrocho salarial, jogando, como sempre, todo o peso da crise sobre os ombros das maiorias nacionais, mostram claramente o esgotamento do atual modelo econômico e do Governo Federal.

A cada dia o povo trabalhador está mais pobre e o salário-mínimo é o mais baixo do mundo: enquanto no Brasil, o salário-mínimo é de 38 dólares, na Austrália,

o salário é de 450 dólares. Em 1985, uma família de dois adultos e duas crianças, para não morrer de fome, gastaria 2,3 salários-mínimos; em fevereiro de 1986, já gastaria 3,03 salários-mínimos. E sabemos que 63% dos que trabalhavam no Brasil ganhavam de 0 a 2 salários-mínimos.

A cada dia um número maior de famílias tem sido expulsas do campo, indo parar nas periferias das cidades ou indo tentar apossar-se de terras em outros lugares.

Os 5 anos aprovados para o Governo de Sarney fazem parte da tentativa das classes dominantes de impedir a realização de eleições diretas para presidente, num clima de crise econômica, pois não desejam correr o risco de ver o povo votando com o elemento conscientizador da crise; querem as massas voltando em períodos como o do Plano Cruzado, quando elas, então, podem ser enganadas e iludidas pelos meios de comunicação, apesar das constantes denúncias.

Esta situação só se mantém porque o nosso povo ainda não criou seus instrumentos de organização para lutar e acabar com esta exploração. Por isso, mesmo em fim de festa, o Governo Sarney continua servindo aos grandes grupos econômicos brasileiros e multinacionais, arrochando mais e mais nossos salários.

Não é difícil concluir que o atual momento histórico exige de todo o povo uma mobilização centrada na oposição ao atual modelo e na eleição de um governo popular e democrático, identificado, com os interesses das maiorias nacionais, exploradas em nosso país.

Agora, com a realização real de eleições diretas para escolha do Presidente da República, surge uma perspectiva de resgatar-se esse compromisso que o Brasil tem com a história e com o futuro.

Urge trabalhar para concretizar essa expectativa. Urge emprestar nossos esforços para que forças e interesses alienígenas não tenham êxito na sua tentativa de impedir a realização desse momento.

Essas forças estão organizadas e os movimentos terroristas que tornaram-se reais nos últimos meses têm deixado isto claro".

Vejam, Senhores e Senhoras que, até aqui, em Curitiba, numa escola estadual um misterioso pó amarelo veio, de outro Estado, levado para um pátio de uma escola - causando problemas seriíssimos para as crianças, numa forma também até, de aterrorizar as crianças, numa forma de fazer até com que os pais passassem a preferir bater nos filhos em casa do que mandá-los para as escolas.

Eles optaram pela tática do amedrontamento, optaram pela tática medíocre de ameaças, eles caminham no sentido contrá-

rio ao caminho do povo. A classe política brasileira, neste momento desgastada, neste momento desacreditada, neste momento até, desmoralizada em boa parte, talvez até por culpa, desta própria classe de políticos. Tem, este momento importante na sua vida, joga um papel de grande importância nesse processo. É o desafio histórico de garantir e fortalecer o processo que, democraticamente, conduzirá, os destinos do Brasil a um homem legitimamente escolhido pelo povo.

As forças contrárias não a este ou àquele candidato, mas contra a democracia, estão organizadas contra esta campanha. Não podemos subestimar a capacidade deles, pois já demonstraram, em várias oportunidades, que são capazes dessas práticas mais inescrupulosas para garantirem seus interesses.

Nós temos o dever de nos unir para garantir a chegada do País a quinze de novembro, quando o Brasil passará a caminhar sobre um novo caminho, sobre um caminho de mais justiça.

Aliás, o caminho que o Brasil deveria ter chegado há mais ou menos vinte anos atrás, quando estas mesmas forças impediram o término do Governo democrático e popular de Jango Goulart.

Preservaremos a vida de nosso povo, a história e o futuro desta Nação, com uma união em torno das idéias de justiça, de liberdade, de solidariedade.

Nosso povo tem sofrido muito em função do desgoverno e até da tirania. O sonho que se aproxima de concretização, da realização de eleições diretas, não pode ser roubado desse povo, sob pena de condená-lo a uma vida sem objetivos, a uma vida sem norte.

E nós temos certeza: esse povo tem seu norte na liberdade, num País justo e fraterno, onde a miséria, o arrocho e a falta de dignidade é uma página virada na história.

Nós temos a obrigação de garantir o encontro desse Norte. Nós, Parlamentares principalmente, o povo, as entidades organizadas, precisamos garantir este norte à população brasileira.

Era esta a contribuição do Partido Democrático Trabalhista, do PDT, a este evento que consideramos de fundamental importância, numa arrancada e num exemplo ao País de que aqui no Paraná todos nós estamos empenhados em garantir a democracia.

Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Nereu Carlos Massignan) -
Concedo a palavra a Liderança do PMDB.
Com a palavra o Líder, Deputado Lauro Lobo Alcantara.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - Senhor Presi-

dente, Senhores Deputados, Lideranças aqui presentes.

Muito feliz a iniciativa do Deputado Luiz Alberto Oliveira e acatada pela Presidência desta Assembléia, no sentido de reunir partidos políticos, entidades organizadas, para num movimento suprapartidário, num movimento de interesses maiores de nossa sociedade, promover este encontro. (Lê):

"Temos como princípio basilar, na formação da sociedade, a célula-família como seu início, depois, a vila, o bairro, a cidade, o estado e depois, o todo, o que congrega o pensamento, os costumes, dentro desta hierarquização que é a Nação.

Em idos tempos, esta sociedade era amarrada por conceitos e preconceitos, por ditaduras, dogmas, regras conceituais de uma cultura importada, mas que não havia sentido o perigo iminente de contestações desacerbadas - com exceção do movimento de 64 e 68 - que pudessem colocar o bem-estar coletivo em perigo de existência, no desconforto de reclamos sangrentos.

A sociedade evolui para muitos. Novos conceitos de liberdade, de nacionalidade, de segurança nacional, soberania, princípios novos no campo da economia e tudo isso despertou na sociedade uma curiosidade. A curiosidade de saber porque poucos com muito e muitos com pouco... A curiosidade de saber por que tanta terra com poucos e a maioria sem nada... A curiosidade de saber por que o sistema habitacional financiando espigões e os sem-teto, simplesmente sem teto.

Tudo isso provocou modificações nos hábitos pacatos de nossa sociedade. Esses exemplos somados a muitos outros deram início a uma nova teoria... A teoria de Gerson, onde o princípio é "tirar vantagem de tudo"...

Realmente, senhores, a sociedade brasileira mudou. Cresceu populacionalmente e não teve os serviços necessários a sobrevivência seguindo o mesmo ritmo. Nossa economia estagnou em vários milagres passageiros, que só serviram para estampar nos noticiários a "inteligência" de quem dirigia os destinos do País.

Com tudo isso, nossa sociedade se fechou. As individualidades se propagaram e com ela a instabilidade política, econômica e social.

A situação merece atuação de todos os segmentos e nesta hora os partidos políticos, independente do ponto ideológico ou doutrinário, devem realmente se unir na formação de uma frente nacional onde a busca da paz e do soerguimento de nossa sociedade civil seja o marco a ser atingido".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nereu Carlos Massignan) -

Antes de passarmos a palavra às entidades inscritas, deixamos a palavra livre aos Senhores Deputados que queiram se manifestar.

Primeira entidade inscrita: Confederação Nacional da Associação de Moradores. Tânia Mara Izidoro Pereira.

A SR. TÂNIA MARA IZIDORO PEREIRA - Em primeiro lugar a Regional Sul da Confederação Nacional da Associação de Moradores traz à Presidência da Mesa a nossa saudação. Saudamos também aos Deputados presente, aos Partidos Políticos e às demais entidades.

Não poderia deixar de, ao mesmo tempo, estar feliz com a presença dos Deputados que aqui estão, mas também de lamentar a ausência dos que não estão. É lamentável porque esse momento em que se defendem as instituições democráticas, que se luta contra o terrorismo neste País e que vem desestabilizar o processo social extremamente difícil que vivemos neste momento, os Deputados desta Casa não estejam presentes em massa. Ao mesmo tempo, tenho que saudar a presença de todas as entidades que deram o seu presente em estando aqui. O momento é de reflexão, de profunda reflexão, Senhores. Porque nós vivemos neste Brasil no momento a mais difícil situação no que diz respeito à democracia.

Nós, do Movimento da Associação de Moradores Nacional, que recentemente tivemos nosso Congresso Nacional no Rio de Janeiro, somos intransigentes defensores da paz mundial. Mas, entendemos que a paz mundial só se faz com a paz interna de cada nação. De nada adianta um discurso de democracia se esta democracia não se faz na prática. Democracia se faz com o povo. E o caminho para esta democracia se faz caminhando.

Não é isto que a gente percebe!

Hoje vivemos no Brasil, como disseram os demais oradores que me antecederam, a mais grave violência social no que diz respeito ao homem do campo e à vida urbana.

Somos a 8ª potência do mundo. Mas, ao mesmo tempo em que somos a 8ª potência do mundo, temos aqui 500 mil crianças que morrem de desnutrição por ano, crianças estas que não atingem um ano de idade.

Temos, a nível de justiça social para o trabalhador, de toda a nossa renda interna produzida, apenas 38% é para a remuneração de salários, os demais 62% é remuneração do capital. Isto faz do Brasil uma das sociedades mais perversas, onde as injustiças sociais grassam.

O movimento social, e eu como Presidente da Regional Sul venho aqui falar em nome dele, pedem justiça, não a justiça social só contra essa violência que é a violência aparente, essa violência expli-

cita, como nós estamos vendo agora, onde a polícia se volta contra os trabalhadores, ela deixa de defender o trabalhador e passa a agredi-lo, não é só essa violência que nós viemos clamar aqui por justiça, mas nós viemos clamar aqui por justiça, para as questões básicas do povo brasileiro, a questão da moradia, a questão da saúde, a questão da educação, a questão do emprego, a questão enfim, dos mínimos detalhes de justiça social.

Nós não temos justiça social neste País. Os Deputados que hoje fazem parte desta Casa, e que foram eleitos pela via democrática, têm que atentar para esses detalhes, a democracia torno a repetir, se faz com o povo, e o povo que os elege clama por essa justiça, e clama para que esses Deputados se pronunciem em relação a essa justiça.

Portanto, nós da CONAM, pedimos então a que todos os Deputados desta Casa, tornem a se pronunciar de forma intransigente, contra todo o tipo de violência e pela defesa incontinenti, das instituições democráticas. Inclusive, pela defesa do direito de greve que está hoje sendo burlado no Brasil.

E isto foi conquistado na Constituinte. E na prática nós estamos vendo os trabalhadores, apoiando, sendo ameaçados, de todas as maneiras, não é possível se continuar desse jeito.

Onde está a justiça social, para os sem-terra; para os sem-moradias; para aqueles que gravitam em torno das grandes cidades? Basta sair aqui de dentro e percorrer as ruas de nossa Cidade, que nós vamos perceber essa situação calamitosa que vive hoje a população do Brasil.

Apenas uma pequena parcela é privilegiada e a sua grande maioria, é uma sofridora, é o grande sacrificado. Nós mantemos uma elite que não está interessada, na democracia, está interessada em se manter no poder, por isso, a todos os companheiros aqui presentes, concito novamente, a um não, a um basta, a toda a violência social e lutarmos por uma sociedade mais justa, mais igualitária e quem sabe, muito breve, rumo ao socialismo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nereu Carlos Massignan) -

Nós agradecemos a participação da Confederação Nacional da Associação dos Moradores, em seguida, falará o representante do Partido Comunista Brasileiro, Sr. Wilson Previdi.

O SR. WILSON PREVIDI - Senhor Presidente, demais componentes da Mesa, Srs. Deputados, representantes de partidos políticos, de entidades sindicais e populares.

É com muita honra que o Partido Comu-

nista Brasileiro se apresenta hoje nesta Casa, para defender juntamente com os demais partidos políticos, a democracia, a liberdade, contra o terrorismo.

O Partido Comunista Brasileiro, fundado em 25 de março de 1922, teve apenas no período de 25 a 47, uma breve liberdade, participando da eleição de então, o Partido Comunista Brasileiro elegeu um Senador, que na época era o seu Presidente, o Senador Luís Carlos Prestes; elegeu também 16 Deputados Federais, e aqui em nosso Estado, conseguiu eleger um Deputado Estadual o saudoso Vieira Neto, que tanto dignificou esta Casa e elegemos então também, uma Vereadora para Câmara Municipal de Curitiba, Maria Olímpia Carneiro.

Durante estes 67 anos, salvo este pequeno período de 45 a 47, o Partido Comunista Brasileiro viveu na clandestinidade, sendo preso, perseguido e até morto, torturado e assassinado, como nos casos da ditadura do Estado Novo e da recente ditadura militar, que durante 20 anos infelicitou a nossa Pátria.

Já em 1950, o Partido Comunista Brasileiro compreendeu a necessidade de lutar pela democracia e contra o terrorismo. Instalada em 1964 a ditadura militar, o Partido Comunista Brasileiro, compreendendo a situação, uniu-se a todas as forças progressistas da Nação na luta das idéias e para derrubar, através dos movimentos e da pressão popular, a ditadura militar. Rejeitando, desde então, as chamadas guerrilhas urbanas e rurais e forças de ação e forças que previam a derrubada da ditadura pela força das armas. Fiel a este compromisso, o Partido Comunista Brasileiro entende que o povo brasileiro somente poderá avançar no progresso e na nossa concepção em direção ao socialismo, através da democracia.

A atual Constituição não é uma Constituição que aponta os caminhos do socialismo. Mas, é uma Constituição que garante o pleno exercício dos direitos de trabalhadores, de greve e até de reforma agrária.

O Partido Comunista Brasileiro não aceita casuísmos, quer como os de antecipação de posse dos eleitos. O Partido Comunista Brasileiro tem um candidato e lança-se à luta democrática na eleição para o próximo Presidente da República. E conclama e diz que respeitará a devissão das urnas, seja ela qual for.

O Partido Comunista Brasileiro repudia as mudanças das regras durante o jogo... Para terminar, Senhor Presidente. O Partido Comunista não aceita a mudança das regras do jogo durante o jogo, mesmo por que pode aparecer alguém que também queira modificar o jogo e levar a bola para casa, e perpetuar durante mais 20 ou 30 anos uma ditadura contra o povo brasileiro

e contra os trabalhadores!

É por isso, meus companheiros, que o nosso Deputado Federal, Roberto Freire, iniciou esta campanha contra o terrorismo, pela democracia! E sentimo-nos alegres, sentimo-nos envaidecidos de que esta idéia tenha proliferado e esteja ganhando as outras massas do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nereu Carlos Massignan) -

Nós agradecemos a participação do Partido Comunista Brasileiro, na pessoa do seu representante, nesta Sessão, Senhor Wilson Previdi.

Em seguida, nós ouviremos a palavra do representante do Partido Verde, Luiz Munhoz.

O SR. LUIZ MUNHOZ - Saudações verdes a todos os membros deste Plenário e desta Casa. Todos nós sabemos que a democracia é a base, é o fundamento da evolução de toda sociedade, seja nos seus aspectos ecológicos, culturais, sociais, em todos os sentidos no qual ela representa o progresso de nosso País, de nosso Estado e de nossa Cidade.

Hoje, muitas pessoas estão se perguntando: por que esses atentados? Mas, por que isto está acontecendo?

Nós acreditamos que isso acontece porque a democracia e a liberdade tocam fundo em vários privilégios; elas tocam fundo em certas perspectivas de corrupção; elas tocam fundo em várias questões que não são colocadas de frente à nossa sociedade.

Amanhã, dia 22 será contado 7 meses do assassinato de um grande ecologista e líder sindical. Esse líder foi Chico Mendes. Eu só quero lembrar o nome dele aqui porque acho que todos nós devemos a ele sua luta em defesa dos povos e da Floresta Amazônica, muito.

Mas, além dessa questão a nível nacional que se coloca sobre os atentados contra a democracia e contra pessoas que defendem essa proposta; contra pessoas que defendem o meio ambiente; contra entidades e cidadãos que defendem a causa dos trabalhadores. Acho importante salientar que também a nível regional coisas do gênero acontecem em nosso Estado. Por exemplo, hoje, neste plenário nós temos dois ecologistas. Um deles chama-se Pedro Guimarães que é da Associação de Defesa Ambiental, da qual temos até Deputados que fazem parte como o Deputado Paulo Furiatti. Temos a Esmeralda Quadros que é presidente do Movimento Ecológico do Litoral, que é funcionária do Banestado e que está sendo perseguida pela administração do Banestado de Paranaguá por causa das suas lutas ambientais.

Então, acho que é bom a gente colocar e salientar todas estas questões bem claras hoje em dia. Essas questões são de fundamental importância para que a gente consiga evoluir nesse processo democrático e consiga chegar até as eleições presidenciais em novembro e escolher um novo presidente, uma nova proposta para o nosso País. Acho que todos nós estamos cansados em escolher entre o que não queremos. Acho que nós temos que dar um basta a isso. Acho que para mudar nosso País temos que começar a mudar nossa Cidade, nossa casa, nossa cabeça, nosso comportamento e, principalmente, a partir daí, acho que vamos conseguir mudar nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nereu Carlos Massignan) -

Nós agradecemos a participação do Partido Verde através da pessoa de Luís Munhoz.

Concedo a palavra ao representante do Partido Comunista do Brasil, Jorge Souza.

O SR. JORGE DE SOUZA - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, senhores presidentes dos partidos políticos aqui presentes, representantes das entidades populares aqui presentes, companheiros e companheiras.

Vivemos hoje um momento difícil da vida brasileira. Momento de crise econômica, social, moral e política.

Essa crise se arrasta há algum tempo. Vários planos econômicos já foram elaborados, no entanto, todos eles fracassaram. A inflação volta novamente com força. O arrocho salarial corrói o salário dos trabalhadores, leva miséria a milhões de brasileiros. Vivemos também companheiros, na crise não só econômica; vivemos também numa crise moral. A cada dia que passa os jornais nos informam que mais uma corrupção, mais um fato envolvendo pessoas e grandes personalidades deste País em grandes e vultosos escândalos financeiros. O último e mais recente o da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

No entanto, companheiros, nenhuma dessas pessoas implicadas nesses escândalos foram presas, nenhuma teve que devolver aos cofres públicos o dinheiro que roubou do Estado. E ainda têm a petulância de pedir ao governo que cubra o que roubaram na Bolsa de Valores. Isso é o cúmulo.

Vivemos a crise da impunidade. A crise moral muito grande; e a crise política também é evidente. Temos um Governo descredito, corrupto, inerte que não resolve os problemas do País e que hoje é sustentado apenas pelos generais de plantão que novamente golpeiam a democracia, reprimem os movimentos populares, impõem uma antigreve que viola a Constituição, uma Lei que passa por cima do direito sa-

grado de greve, consagrado na Constituição do Brasil. Portanto, companheiros, estamos aí, numa situação difícil e delicada, além de toda esta crise existe uma crise natural que é agravada pela sucessão presidencial em nosso País. Sabemos que todos os momentos de sucessão presidencial, em nosso País foram momentos complicados e complexos, e mais uma vez, isso acontece. Ao lado da crise geral, a crise da sucessão presidencial e não é a toa que a direita, acostumada à paz dos cemitérios, para governar, não aceite a participação popular, não aceite que os trabalhadores lutem por seus direitos, não aceite que a esquerda possa participar de um processo democrático e chegar à vitória. Por isso a direita tenta tumultuar o processo político brasileiro, tenta impedir a ação da democracia, no País! Tenta impedir a consolidação da democracia, no nosso País. E, a ação da direita é uma ação orquestrada, é uma ação em conjunto em todos os setores da extrema direita em nosso País. A gente vê que o terrorismo começou com as bombas, em Volta Redonda e se espalhou em várias outras ações, pelo Brasil afora. Qual foi a resposta do Governo à ação terrorista? Os militares, arautos da lei e da ordem, justificaram a ação terrorista dizendo que não passava de uma reação à ação da esquerda, dos movimentos populares que exigem melhores salários. Esta foi a posição do Exército, arautos da lei e da ordem! Defendendo a direita que tenta impedir o processo democrático, em nosso País. Qual foi a posição do "Seu Sarney", que não prende nenhum corrupto, que não ataca os empresários que boicotam os planos sucessivos de congelamento que ele faz? Os latifundiários que agora estão fazendo piquetes nas estradas? Qual foi a reação? Nenhuma! Agora, contra o povo, contra os trabalhadores, a reação foi enorme, nós vimos, todos nós vimos, aí nas bombas, o Sarney foi para a televisão acusar os grevistas de responsáveis pelos problemas do povo, quis jogar nas costas dos grevistas a crise! No entanto os grevistas usam o direito legítimo de lutar por melhoria de salário, na nossa terra! E é essa a ação de Sarney, de respaldo à ação de quem quer tumultuar o processo, em nosso País!

No entanto, é preciso que se diga que a sociedade brasileira não aceita mais isso calada. No Brasil inteiro! No Rio de Janeiro onde houve o atentado à bomba e por outras cidades do País, houve um repúdio geral à ação da direita e a este Governo. E este Governo e a direita vão ser massacrados, derrotados nas urnas, em 15 de novembro, porque não correspondem aos anseios de mudança de nosso povo. E é importante, companheiros, que toda a sociedade brasileira se una em defesa da de-

mocracia e da liberdade. Por isso, o ato que hoje se realiza aqui nesta Assembléia Legislativa, é muito importante porque consegue unificar partidos de várias tendências ideológicas, unificar representantes de várias entidades populares na luta comum defesa da democracia! Isso é uma garantia de que o povo brasileiro não vai deixar a direita tumultuar o processo político brasileiro, não vai deixar a direita tentar impedir a organização dos trabalhadores. Por isso nos orgulhamos e achamos importante a realização deste ato.

Companheiros, precisaria dizer, ainda antes de encerrar, um fato importante. Estamos defendendo a democracia e é importante que se fale sobre o que está acontecendo na China. Não pode passar despercebido isso, companheiros, o que acontece na China é um violento massacre, um massacre muito grande, um dos maiores massacres da História Universal central um povo em lutar por liberdade, por democracia! O Governo chinês perpetra um verdadeiro crime contra a humanidade a massacrar manifestantes na Praça da Paz Celestial, e agora ao perseguir as lideranças do Movimento Popular da China.

O Partido Comunista do Brasil, já em 1976, condenou o Governo Chinês e rompeu relações com o Partido Comunista Chinês, porque entendia que o Governo Chinês saiu da rota do socialismo e se voltava à construção do capitalismo na China. Um capitalismo de Estado, um capitalismo Ditatorial, que só podia dar no que deu.

Isto que acontece hoje, na China, não surpreende a nós, comunistas, porque sabíamos que isto aconteceria em decorrência natural da traição do Partido Comunista Chinês ao socialismo. O socialismo, companheiros, é incompatível com a repressão ao movimento popular, porque socialismo representa justamente isto, a grande democracia para o povo. E portanto, não se admite que num país socialista haja repressão ao movimento popular.

Companheiros e companheiras, eu queira destacar a importância desta luta, da luta não só pela democracia no Brasil, mas pela luta da democracia no mundo inteiro, pela liberdade de organização, manifestação e expressão no mundo inteiro. Pela liberdade no Brasil, pela liberdade na China, pela liberdade no mundo inteiro, companheiros.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nereu Carlos Massignan) -

Nós agradecemos a participação do Partido Comunista do Brasil, na pessoa do Senhor Jorge de Souza. Em seguida, passamos a palavra ao representante do Partido dos Trabalhadores, Senhor Klauss Germer.

O SR. KLAUSS GERMER - Companheiros, Presi-

dentos dos partidos que patrocinam esta sessão solene, companheiros presidentes e representantes de entidades sindicais, associações de bairros, organizações populares e de trabalhadores, Srs. Deputados que dirigem a Mesa desta sessão.

O Partido dos Trabalhadores participa com grande determinação deste ato de defesa da democracia. O ex-Deputado e ex-Ministro, Deni Schwartz há pouco lembrava que se está comemorando 200 anos da Revolução Francesa, que marcou o nascimento oficial do plano político do que nós chamamos a democracia burguesa.

Eu tive tempo para pensar sobre o destino desta palavra democracia, e especialmente sobre o fato que a democracia que nós todos estamos aqui defendendo certamente tem significados muito diferentes para as diversas pessoas aqui presentes. Tem significados muito diferentes para as diversas partes do povo.

A democracia que nasceu na Grécia, era um regime que regulamentava as disputas entre uma pequena camada da elite dirigente do país da qual evidentemente não faziam parte os escravos e outras parcelas não consideradas detentoras da cidadania.

A Revolução Francesa libertou a burguesia do jugo da aristocracia feudal, mas não libertou os trabalhadores do jugo da burguesia. O regime parlamentar inglês estabeleceu o jugo da burguesia inglesa sobre os camponeses, os servos da gleba da Inglaterra, em substituição ao jugo da aristocracia feudal. E estabeleceu a democracia dos que enriqueceram comerciando escravos negros, amarelos e mesmo brancos de todo o terceiro mundo.

Assim também a República Democrática no Brasil, foi implantada pelos escravistas paulistas, prevalecendo sobre os escravistas cariocas, e de cambulhada com o Império, com a escravidão foi o Império, e o que substituiu o Império dos escravistas do Rio de Janeiro chamou-se República dos escravistas de São Paulo.

E falou-se muito bem, na época, que a libertação dos escravos libertou os negros mas não libertou a terra. De modo que os negros, que antes não tinham nem a sua liberdade pessoal e nem terra, perderam a liberdade pessoal e perderam as terras. Porque foram expulsos das terras onde eram explorados e até hoje perambulam pela marginalidade e pela exploração aqui no Brasil.

Pois bem, o Partido dos Trabalhadores decididamente não está aqui para defender a democracia que estipula ou que encobre a substituição de uma denominação de classe por outra denominação de classe.

O Partido dos Trabalhadores está aqui, não para defender uma democracia que se vale dos formalismos, dos juridicisms

para apresentar uma fachada de direitos iguais, que encoberta que joga para debaixo do tapete a exploração verdadeira que os trabalhadores sofrem. É verdade que nós estamos aqui, neste momento, em defesa da democracia ou talvez muito mais do que dos primeiros engatinhamentos de algo que nós queremos que seja uma democracia.

Nós estamos aqui, em defesa de um regime, onde aos explorados deste País, como é o atual, permita-se ao menos, o direito de manifestarem a sua discordância. Mas, nós queremos estabelecer uma democracia que se baseie na igualdade real das pessoas.

A democracia de hoje, é uma democracia estranha, é uma democracia onde os trabalhadores que ganham os salários-mínimos, um e meio salário-mínimo, dois salários-mínimos, quando fazem greve para se protegerem de um arrocho salarial escandaloso, que todos reconhecem, sofrem a presença do Ministro da Justiça e outros altos dignatários da República, ocupando espaço público nas televisões de todo o País, para ameaçar os trabalhadores, para intimidar a população alegando que estes piquetes que procuram trazer, juntar todos os trabalhadores numa luta comum, ameaçam a democracia.

Mas, quando os magnatas rurais fazem bloqueamentos de rodovias, cercam bancos, e sitiavam empresas industriais, não se vê o comparecimento de nenhuma autoridade, para alegar que estas atitudes tumultuam a vida pública.

Meus amigos, estes sojicultores são na verdade, uma pequena camada de grandes magnatas rurais, que concentram a produção da soja paranaense.

Qual foi a iniciativa que se tomou neste Estado há seis meses, quando os pequenos produtores de feijão perderam mais da metade da produção da sua safra? Não se fez nada. Estes agricultores não têm trator para cercar porta de Banco. E a verdade é que eles não têm condições de fazer um jogo de cena com o Presidente da República, com o Ministro da Agricultura, com o Presidente demissionário do Banco Central; um jogo de cena que justifique se fazer um rombo no Tesouro Nacional para encher os bolsos de especuladores; especuladores que estão cobrando agora do Governo, que lhes convence as perdas decorrentes de um mau jogo de mercado.

E são todos defensores do liberalismo. O liberalismo econômico implica que se ganha, mas, também se perde. E estes sojicultores, meus amigos, receberam no mês passado um presente que monta a mais ou menos dois bilhões e setecentos milhões de cruzados novos, quando o governo federal permitiu que eles depositassem na caderneta de poupança rural, de janeiro a abril,

recebendo 79% de correção monetária, e depois tomassem este mesmo dinheiro emprestado, neste mesmo período pagando 20%.

E a Previdência Social que está com um rombo de oito ou nove bilhões de cruzados, vai ser paga com contribuições de miseráveis pensionistas desta miserável República.

Meus amigos, esta democracia, ela não serve aos trabalhadores brasileiros. Evidente que os trabalhadores querem o direito de se manifestarem; querem o direito de estarem presentes nos âmbitos e nos círculos onde se tomam as decisões do País. Querem estar presentes para saber o que faz o Presidente do Banco Central, nas horas obscuras, em que se manipula na Bolsa de Valores, e se sarrupia ao poder público, bilhões e bilhões de cruzados, dos quais ninguém mais, presta conta.

Nós estamos aqui, solidários com todos os partidos em defesa da democracia em primeiro lugar que garante a todos o direito de manifestação, de organização, de ter acesso a todos os recursos que todos têm, para garantirem a sua sobrevivência, garantirem a sua dignidade e uma vida decente.

Mas, nós queremos muito mais, nós queremos uma democracia que não seja apenas esta democracia dos países capitalistas, das quais tanto se orgulham os apoiadores do nosso regime ditatorial, os chamados Estados do Bem-Estar Social. Porque estes Estados do Bem-Estar Social garantem o bem-estar a 20% da população mundial à custa do mal-estar dos 80% dos explorados, oprimidos, esfomeados do terceiro mundo, que estes dirigentes destas democracias ajudam a reprimir e a explorar e empobrecer dia-a-dia.

A riqueza não cai do céu, assim como não cai do céu a pobreza. A riqueza amontoadada em excesso nas mãos de uns só pode resultar da pobreza a quem são conduzidos muitos. E nós queremos uma democracia - não a burguesa - nós queremos a democracia popular, nós queremos o socialismo. Nós queremos um socialismo que signifique o fim da exploração.

A nós nós entristece que tantas pessoas sérias se rejubilem com o que acontece em países como a China ou do Leste europeu, supondo que isto seja o fim do socialismo. Entristece porque seria muito triste que a gente tivesse que se conformar em que o capitalismo fosse a melhor coisa que pudesse se criar em termos de uma organização social-econômica. Não, nós queremos o socialismo contra os artifícios dos regimes chamados burgueses e também contra os artifícios dos países que se chamam socialistas, mas, que na verdade são cada vez menos.

O socialismo há de vir e é por ele que

luta o Partido dos Trabalhadores e é por ele que lutam todos os trabalhadores conscientes do mundo e é por ele que lutam também os trabalhadores brasileiros. É nesse regime, quando todos tiverem os mesmos direitos, que se estabelecerá a verdadeira democracia. Uma democracia sem aspas e sem adjetivos. O direito de todos a serem iguais, a serem livres, a serem independentes, a terem uma vida digna e decente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Nereu Carlos Massignan) Agradecemos a participação do Partido dos Trabalhadores na pessoa do Senhor Klaus Germer e, em seguida, anunciamos a palavra ao representante do Partido Socialista Brasileiro - Presidente do Diretório Regional do Paraná - Senhor Graciliano Dias.

O SR. GRACILIANO DIAS - Senhor Presidente, Senhores Deputados, dirigentes partidários, lideranças populares e sindicais, demais presentes.

Nos quatrocentos e oitenta e nove anos da história recente brasileira são marcados pelas contínuas lutas de classe. Refletem o antagonismo entre as forças do trabalho; defensores da liberdade, e as forças do capital: defensores da opressão, do ódio e da violência.

São os colonizadores que violaram, atentaram e destruíram grande parte da cultura dos índios, verdadeiros brasileiros, estes agentes do capital a que me refiro. São as lutas de resistência da escravidão negra no Brasil, que vai incorrer na democracia que temos hoje. São as lutas republicanas em defesa da democracia, do acesso à terra, pelo direito de viver e na defesa do direito da dignidade de vida.

São de lutas o nosso caminho, lutas que fizeram e fazem a nossa história. Lutas do povo, lutas de heróis, que no seu tempo, deram e dão grandes contribuições na defesa do estado de direito democrático e nos rumos da democracia real. Heróis como Tiradentes, como Castro Alves, como Lampião, como Carlos Mariguella, como Tancredo Neves, como Paulo Fontelle, como Lula, como João Batista, Chico Mendes, João Pedro, José, Maria, Sebastião e muitos outros. Todos os brasileiros que no seu dia-a-dia lutam pelos seus direitos e constroem a democracia.

A democracia é o resultado da atuação prática do cidadão no dia-a-dia defendendo os seus direitos. A democracia é constituída de ação prática, são mais de quarenta mil mortos na Guerra dos Canudos, são mais de vinte mil mortos na Guerra do Contestado. É uma criança que morre de fome a cada dois segundos no Brasil democrático

de hoje, o Brasil da Nova República, o Brasil do Governo Sarney. São as execuções de homens que as leis norte americanas condenam à pena de morte a cada dia. São os trabalhadores intelectuais, estudantes e setores progressistas da China, da Coreia do Sul, da União Soviética, da Palestina, da África do Sul, na Namíbia, da Nicarágua, do Panamá, da Granada, do Chile, do Paraguai e do Brasil que exigem a liberdade. A democracia e o progresso social e estes por defender a liberdade, a democracia e o progresso social, estão sendo vitimados como os que aqui enumerei e as recentes violências que a imprensa nos deu conhecimento da China.

O Partido Socialista Brasileiro, o PSB entende ainda que o atual quadro político brasileiro está confuso. A democracia está ameaçada, porque as classes dirigentes deste País, nos quase cinco séculos de existência não souberam conviver com a democracia, todas as vezes que as classes trabalhadoras avançaram, exigindo seus direitos houve golpe e a tentativa de golpe a cada dia.

A Constituinte trouxe alguns avanços no campo social, no que pese o seu lado retrógrado, no que diz respeito à estrutura da propriedade e da Reforma Agrária. Traz avanços como o direito da sindicalização dos trabalhadores, estendidos inclusive aos servidores públicos e ao garantir o direito de greve, entre outros avanços. Ampliou as competências do Poder Legislativo no Brasil.

Diante dos avanços obtidos na nova Carta e a política atual do Governo Sarney, é que surgem as grandes contradições que levam hoje à tentativa de golpe que levam hoje à tentativa de desestabilização do quadro político.

O Governo Sarney, teve substituído nos seus quadros os setores democratas e de centro, pelos setores de direita e de extrema direita. Esse setor de direita, é que está com a responsabilidade de aplicar a nova Constituição, aí rasgam a Carta Magna da Nação através de algumas das suas medidas provisórias, pronunciamentos, omissões das suas competências entre outros, como a medida provisória n° 50 que extingue o direito de greve em nosso País.

Assim agiu até aqui o atual Ministro da Justiça, Oscar Dias Correa, assim agiu o Presidente Sarney no conjunto do seu Governo, ao decretar a medida provisória pondo fim à lei de greve, são essas práticas, essas posturas que têm aberto os bancos para o atentado de Volta Redonda, para invasão recente do DCE da Universidade Federal do Paraná, para as cartas aos cidadãos militantes políticos do Estado do Paraná, além de outros atos terroristas.

O próprio Ministro do Exército tem

atribuído esses atos à extrema direita, esquece ele de dizer que aqueles são remanescentes dos 21 anos de Ditadura que governou o nosso País e que age hoje com a conivência tácita ou direta do próprio Governo do qual ele, o Ministro do Exército, faz parte.

O meu partido, o Partido Socialista Brasileiro - PSB está imbuído na luta, ao lado de todas as forças democráticas na defesa da realização das eleições diretas para Presidente deste ano, e conclama a todos a lutarem na defesa da democracia e do progresso social.

Entendemos, companheiros, que a democracia à qual nos referimos é o estado de direito democrático que neste momento está ameaçado pela extrema direita no País que atentam, embora hoje ao detectar as suas candidaturas favoráveis existe um recuo, porque a direita já tem o seu candidato, chama-se Fernando Collor de Mello.

A democracia a que o Partido Socialista persegue é a democracia democrática e popular que será construída na luta e no dia-a-dia na organização dos trabalhadores e de todos os segmentos sociais que querem o avanço e a justiça social plena no nosso País que só será conquistada com o socialismo.

O PSB solicita ainda a esta sessão que aprove e remeta uma Moção contra o silêncio do Governo do Estado do Pará, o Sr. Hélio Gueiro, e ao próprio Ministro da Justiça com relação aos vários crimes e às ações de terror que naquele Estado vêm fazendo vítimas em cada dia. São organizações para-militares que atuam no campo sob o comando da UDR, que assassinaram no dia 7 de dezembro do ano passado o Deputado Estadual Socialista, João Batista, cujos mandantes e criminosos continuam impunes, porque as autoridades brasileiras, no Judiciário, não se pratica democracia, porque não defende o interesse dos trabalhadores e esta Casa tem o dever de defender o interesse dos trabalhadores. Todos aqui são eleitos para isto.

Solicitamos que esta Moção seja remetida também com relação aos vários crimes que hoje acontecem no Estado do Pará. Não só no Estado do Pará, mas no Estado do Amazonas, no Estado do Acre, onde a violência é marcante no seu dia-a-dia.

Exigimos justiça, democracia, progresso social e respeito à vida. E as autoridades brasileiras são responsáveis por isto e ao povo brasileiro cabe exigir e substituir as autoridades que estão lá, delegadas pelo povo, que não cumprem esse papel.

Por fim, em nome do Partido Socialista, do PSB do Paraná, parabenizamos a direção desta Casa e os integrantes pela realização desta sessão e que este não se-

ja um ato que pare aqui e sim que dê a necessária continuidade na defesa da democracia e da existência das instituições democráticas que lutam pelo progresso e pela justiça social, pelo fortalecimento dos partidos políticos que são os verdadeiros representantes da sociedade, que precisam crescer e precisam assumir esse papel contra a ação difamatória de políticos que se substituem de partidos, como macaco pulando de galho em galho, como Fernando Collor de Mello que passou por cinco, nos últimos tempos.

Os partidos políticos precisam estar consolidados. Os partidos políticos precisam estar representando as parcelas da sociedade.

É esta a mensagem do Partido Socialista Brasileiro.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE(Nereu Carlos Massignan)

- Nós agradecemos a participação do Partido Socialista Brasileiro, através da pessoa do Sr. Graciliano Dias.

Passamos agora a palavra às entidades aqui inscritas e iniciamos concedendo a palavra à Vera Lúcia Manica, da Federação das Associações dos Moradores do Paraná.

A SRA. VERA LÚCIA MANICA - Companheiros, em primeiro lugar gostaria de saudar a todos, à Mesa e a todos os companheiros representantes das entidades democráticas populares e dos partidos aqui presentes. E saudar, em especial, a iniciativa desses Partidos e das entidades em realizar este ato em defesa da democracia.

Hoje, mais do que nunca é necessária a união de todos, de todo o movimento democrático popular do País, na defesa da democracia.

Com o acirramento da crise, com o avanço da luta do povo que a gente vê é que a defesa das liberdades em nosso País se coloca como uma questão fundamental.

O povo dos bairros que luta na defesa do seu direito à moradia, na defesa do seu direito à saúde, a educação, na defesa de condições mais dignas de vida tem que ter muita liberdade para lutar, o povo precisa de liberdade para lutar, porque essas conquistas só se obtêm com muita luta e compreensão arrancada dos governantes. O povo dos bairros que tem hoje ao direito democrático, a passar fome, a não ter teto, a não ter saúde e educação. Os camponeses, hoje vítimas da ação racionária do latifúndio, da ação da UDR, estão sendo massacrados, as suas lideranças sendo assassinadas sem que por parte dos governantes, por parte do Governo, nenhuma ação seja feita no sentido de punir os mandantes e executores. Podemos lembrar aqui a morte de Paulo Fontelle, de Chico Mendes e tan-

tas outras lideranças camponesas que foram assassinadas e que passaram impunes.

Os trabalhadores das cidades, os operários, na luta contra o arrocho, na luta por melhores condições de vida e de trabalho têm que enfrentar na rua os tanques do Exército, a Polícia, como foi o massacre de Volta Redonda, onde operários foram assassinados, onde o monumento a esses operários foi explodido com bomba, e em muitos outros atentados que vêm ocorrendo no sentido de impedir o avanço da luta do povo.

O próprio Governo com as suas medidas provisórias que no caso da Lei de Greve, não tem nada a dever a Lei de Greve da época da Ditadura, é o primeiro a não respeitar a Constituição. Além disso, aqui no Paraná, as lideranças de partidos, lideranças do movimento que receberam ameaças e que, como forma de impedir a sua ação, de limitar a sua ação. Então, eu acho que é importante esse ato na medida em que várias situações onde a liberdade e a democracia vêm sendo ameaçadas no nosso País, deixa claro que as classes dominantes não têm resposta para dar aos problemas que o povo levanta, que o povo reivindica, e para impedir o seu avanço, a única forma que tem é cercear as liberdades.

É tarefa de todos os democratas, de todas as entidades do movimento popular, de todas as lideranças políticas comprometidas com o povo, dar uma resposta, se unir, combater e derrotar esse Governo e as forças que o mantêm que são o latifúndio e o capital estrangeiro.

Fora Sarney e viva a liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Nereu Carlos Massignan)

- Agradecemos a participação da Vera Lúcia Manica da Federação das Associações de Moradores do Paraná, e em seguida passamos a palavra ao Sr. Henrique Pizolato, representante da CUT.

O SR. HENRIQUE PIZOLATO - Senhoras e Senhores Deputados, membros dos partidos que promovem esta sessão, companheiros trabalhadores e trabalhadoras. Infelizmente a Central Única dos Trabalhadores tem que vir a esta Sessão Solene e comunicar que há poucos minutos alguns companheiros nossos nos traziam a notícia que nesta madrugada, no Estado do Espírito Santo, mais um dirigente sindical, membro da Central Única dos Trabalhadores, foi assassinado em uma emboscada de tocaia por capangas de fazendeiros da UDR. Companheiros, nos cinco anos de existência da Central Única dos Trabalhadores, o número de lideranças sindicais que já tombaram por atos de terrorismo e de violência passam de mil.

É lamentável que quando a nossa Central participa de qualquer encontro, de

qualquer seminário internacional, a curiosidade que os companheiros de outros países têm com relação à CUT, é a estatística dos líderes sindicais que são mortos neste País.

Costumamos dizer que a classe trabalhadora no Brasil não consegue fazer heróis. Até hoje nós só temos mártires. E ficamos envergonhados, magoados, porque como representantes do Brasil, temos que admitir que a prática do sindicalismo neste País é encarado pelas elites dominantes, ainda, como terrorismo, como crime e as nossas lideranças são assassinadas a cada dia. Não é à toa que a Central Única tem que lamentar esse número de mortos. É porque a Central Única representa, indiscutivelmente, o maior avanço da classe trabalhadora deste País. Representa a entidade que conseguiu aglutinar forças, que conseguiu organizar os trabalhadores, para que pela primeira vez na História do Brasil a gente conseguisse se contrapor aos casuísmos, se contrapor às ameaças e aos golpes da burguesia e se constituir numa ameaça indiscutível ao poder das elites.

É por isto que lideranças dos trabalhadores são mortos todo o dia. É por isto que a gente tem que se envergonhar destas estatísticas. É por isto que o Brasil é notícia internacional, é manchete internacional, em cima de mortes, como no caso de Chico Mendes, membro também da Central Única dos Trabalhadores.

O terrorismo, companheiros, tem sempre um endereço certo. É a organização dos trabalhadores. É por isto que repudiamos o terrorismo. É por isto que repudiamos a violência. Mas o terrorismo também tem sempre um patrocinador certo, que é a elite que há quinhentos anos vem tentando fazer deste País um curral, onde o trabalhador não é tratado como gente, não tem dignidade nenhuma. Porque num País que não reconhece o direito de greve, num País que tem um Governo que baixa a medida provisória em cima de medida provisória, para deter o direito universal dos trabalhadores e que não entende o direito de greve como um direito universal dos trabalhadores, um País deste comete terrorismo de Estado.

Num País que tem um salário mínimo como tem o Brasil, num País deste se faz terrorismo de Estado.

Num País deste que não respeita o direito dos trabalhadores em momento algum, se faz terrorismo de Estado.

É por isto que a CUT, entendendo esta questão, e tendo claro que democracia não se faz só no discurso, democracia se faz com atos e que não recuamos dos nossos direitos, a CUT aponta e quer dizer a todos os companheiros, em alto e bom tom, que vamos continuar organizando greves, que vamos construir greves, cada vez mais for-

tes, cada vez mais organizadas, porque a conquista dos verdadeiros direitos dos trabalhadores passa pela sua capacidade de organização. E a CUT tem esta responsabilidade histórica de conduzir os trabalhadores à vitória, de conduzir os trabalhadores à organização sólida e de concentrar seu poder, para que tenhamos democracia, para que possamos viver melhor, com mais salários e mais democracia!

Obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Nereu Carlos Massignan)

- Agradecemos a participação da Central Única dos Trabalhadores, na pessoa do Sr. Henrique Pizolato. Continuando, passamos a palavra ao representante do Sindicato dos Servidores Públicos, das Secretarias e Órgãos Públicos do Paraná, Wladimir de França.

O SR. WLADIMIR DE FRANÇA - Companheiros, nós do Sindicato dos Servidores Públicos, das Secretarias e Órgãos do Estado do Paraná, fundado a 12 de janeiro de 1989, vamos também aqui, denunciar que, as entidades eleitas dos últimos pleitos estaduais não reconhecem o direito de servidor público constituir sindicatos. Eles esquecem também que a 10 de dezembro de 1948 este País, chamado Brasil, é um dos signatários da Carta dos Direitos Humanos assinada na ONU e que diz, num dos seus artigos: "Todo homem tem direito a constituir sindicatos." E esse direito os servidores públicos só foram conseguir em 5 de outubro de 1988. O que é a democracia, companheiros? O que é que nós colocamos tanto? Um fato histórico na história mundial. No mês de julho o que é que vamos ter, 1789, teremos os duzentos anos da Revolução Francesa e que coloca três simples palavras: IGUALDADE, FRATERNIDADE E LIBERDADE. O que significa isso para nossa tão combatida e defasada classe dominante? O que ela diz: assassinato no campo, assassinato de sindicalista, terrorismo de Volta Redonda, um movimento fatídico que aconteceu no ABC em São Paulo, o Sindicato dos Metalúrgicos e que acabaram uma greve na bala. O fato de 1987 acontecido aqui mesmo, no nosso Paraná, na Itaipu Binacional, numa greve do Sindicato da Construção Civil, em que, o Exército, com suas baionetas caladas, acabaram com a greve legítima, uma reivindicação salarial do Sindicato da Construção Civil de Foz do Iguaçu.

A 30 de agosto do ano passado, o que aconteceu em frente ao Palácio Iguaçu? Aham que nós vamos nos esquecer disso? Em que uma greve, um movimento de professor, que acabado, com gás lacrimogênio, com agressão. É esse tipo de terrorismo, que nós, trabalhador público, que somos desmoralizados pelas televisões e jornais.

O servidor público ele não é marajá, ele não é parasita, ele não é funcionário fantasma. O servidor público está aqui, junto com o movimento sindical, para dizer: "Nós também somos uma força organizada, pacífica e tranqüila." E numa demonstração de força o sindicato fez uma greve, uma paralisação de alerta de 48 horas, nos dias 31 de maio e 1º de junho. Uma paralisação de alerta contra a política de arrocho salarial, não só o governo federal mas o governo estadual. Onde está a política salarial para o servidor público? Onde está a política salarial para o trabalhador, para a classe operária brasileira? Um país que se diz a oitava economia do mundo, em que o salário-mínimo é 81 cruzados novos. E vai passar a 150 numa farsa de um abono: estão pensando que o trabalhador é mendigo! O trabalhador é "esmoileiro"! Eu não! O trabalhador é o que sustenta essa classe dominante, essa grande farsa, que não consegue colocar na cadeia o seu Naji Narra, que dá desfalque, é um estelionatário e que surge como algo de novo neste País.

Candidatos presidenciais desmoralizam os servidores públicos e abrem os canais de televisão acusando, tem que privatizar as estatais. Isto é um absurdo!

Estatais são um patrimônio do povo brasileiro, que foram sustentadas com o suor da classe trabalhadora.

O que se diz hoje também, todo mundo vem aqui e defende: socialismo! Vamos discutir democracia? ... O que é esta palavra socialismo? O ato que espantou o mundo no ano passado e que se chama glasnost, que se chama perestroika e que abalou o mundo o exemplo de democracia na União Soviética. Tem que vir aqui no microfone e dizer: por que...

O SR. PRESIDENTE (Nereu Carlos Massignan)
- (É cortado o som)

O SR. WLADIMIR FRANÇA - por que que houve uma abertura, um ato de coragem e que se coloca dentro de um Parlamento que se dizia monolítico tem que defender as reformas que existem. O marxismo não é monolítico, não é uma Bíblia, não é um dogma. Ele se transforma de acordo com o avanço da sociedade! E as pessoas vêm aqui criticar e denegrir essas questões dos países do Oeste, temos que aqui denunciar esse pseudo-capitalismo democrático. O que é capitalismo? O que é exploração do homem pelo homem?

Então, num ato de coragem, é que significa uma abertura num espaço da sociedade socialista em que transforma, muito embora hajam equívocos, claro, reconhecemos os equívocos e os excessos. Mas está lá: educação, salários e emprego.

E a grande farsa que vemos hoje - não consigo lembrar o momento de um movimento chamado: Retorno à Produção.

Companheiros, temos é que ter o retorno à educação, o retorno aos salários, o retorno do emprego, o retorno da habitação.

Essa questão da farsa do retorno à produção é mais um movimento anti-trabalhador. E nós do Sindicato dos Servidores Públicos, das Secretarias de Obras do Estado do Paraná, vimos mais uma vez externar a nossa preocupação a um problema por que passa hoje o nosso País. E alertar os companheiros aqui presentes. Estão querendo misturar as coisas, dizendo que o Brasil pode se parecer com a Bolívia, o Brasil pode se parecer com a Argentina. Isto é uma mentira! Isto é uma farsa! O Brasil é governável! O Brasil tem toda a capacidade rumo ao Estado de Direito democrático. E acreditamos nós que no dia 15 de novembro vamos eleger, sim, um Presidente com propostas populares, um presidente comprometido com a classe trabalhadora.

Concluindo, Sr. Presidente, o Brasil só caminhará rumo ao Estado de Direito democrático com a classe trabalhadora comandando o rumo deste País.

Obrigado, companheiros!

O SR. PRESIDENTE (Nereu Carlos Massignan)

- Agradecemos a participação do Sindicato dos Servidores Públicos das Secretarias de Obras do Paraná, na pessoa de Wladimir de França.

Em seguida, passamos a palavra ao Presidente da Federação dos Bancários do Estado do Paraná, Roberto Pinto Ribeiro.

A Mesa informa que ainda temos seis oradores inscritos para falar.

O SR. ROBERTO PINTO RIBEIRO - Sr. Presidente, Senhores Deputados, companheiros sindicalistas, senhoras e senhores.

Falo pelos bancários e, conseqüentemente, gostaria de afirmar que esse ato na realidade é fruto de processo que se iniciou com a greve dos bancários. A greve realizada no mês de abril próximo passado, juntamente com outras greves de outras categorias, passamos por um processo de extrema dificuldade na medida em que mesmo sendo a nossa greve reconhecida como um movimento justo, um movimento necessário, mesmo tendo sido um movimento que possibilitou à nossa categoria a reposição parcial de perdas que a política salarial do governo vinha implementando, sofremos sérias punições em alguns setores da categoria, principalmente, aqui no Paraná no caso do Banestado.

E foi em função dessas punições, que surgiu o Comitê em defesa dos trabalhadores, contra as punições e em defesa conse-

quentemente da democracia, que nós entendemos, ao defendermos a democracia, nós não podemos apenas nos fixar nos atentados a bombas, apenas nos atentados e agressões feitas através de ameaças, mas também, nos casos concretos que foram os atentados à dignidade do trabalhador, principalmente em nosso caso, a dignidade de funcionários do Banestado, na sua grande maioria, funcionários com muito tempo de Empresa.

No caso do Banestado, eu quero enfatizar isso, deixar registrado, nós tivemos uma situação de extrema perplexidade.

Funcionários da agência Centro Cívico, com 28 anos de Banco, com 18 anos de Banco, com 23 anos de Banco, foram punidos e até agora estão sendo submetidos a uma situação vexatória, tanto quanto ao aspecto moral, como também na questão financeira.

Temos o caso de uma companheira que está aqui presente, da Agência de Parana-guá, que punida em função da greve, companheira que está prestes a se aposentar e que na realidade, está sendo punida, não só pela sua participação nos movimentos em defesa da Ecologia no litoral, mas também em função que denunciou falcaturias, e situações de corrupção dentro da Agência de Parana-guá.

Hoje está suspensa, por determinação da Diretoria do Banco.

Nós temos tido grandes problemas, nessa área, na medida que temos colocado propostas, visando a democratização dentro do Banestado. A participação maior dos funcionários na gestão do Banestado, e esse processo de retaliação, que tem sido uma coisa jamais vista no interior dessa Empresa, em decorrência de algumas denúncias que inclusive já foram colocadas nesta Casa, que nós levantamos, é o problema das empreiteiras que o Governo do Estado se utilizou do Banco do Estado do Paraná, para desviar recursos para essas empreiteiras, que hoje na ordem de cento e vinte milhões de cruzados novos aproximadamente, o Banco do Estado estaria, ou deveria estar, recebendo em parcelas, através de um processo de utilização do ICM do Estado para pagar a dívida, que foi contraída e utilizada através do Banestado.

Para os senhores terem uma idéia, o patrimônio líquido do Banestado, hoje está em torno de oitenta milhões de cruzados novos e o seu crédito junto ao Governo, supera os cento e vinte milhões.

Esta denúncia nós colocamos, e é por isso que nós não estamos em condições de ter democracia dentro dessa Empresa, com a participação efetiva do funcionalismo, na sua gestão, na sua fiscalização, e também, na sua presença para impedir alterações perigosas, operações muitas vezes até ilícitas, no sentido de preservar a integridade da Empresa. Tem o caso do Banco Del

Paraná, também, que foi levantado pelo funcionalismo e é o caso também do grupo Atala.

Nós queremos democracia, e aqui estamos num ato pela democracia, não só para que haja respeito ao direito de greve, mas também, para que haja o direito do trabalhador ter efetiva participação nos destinos das empresas do Estado. Ter também o direito de fiscalizar a integridade dessas Empresas. E é nesse sentido que encaminhamos uma emenda à Constituinte Estadual, que lamentavelmente não foi apreciada pela Comissão de Sistematização, mas que agora, foi renovada, através de Emenda encaminhada pelo Deputado Paulo Furiatti, e que prevê a eleição nas empresas Estatais de funcionário Diretor, e também, de um conselho de funcionários, no sentido de preservar os interesses da Empresa, dirigir, participar ativamente na direção da Empresa, e não diz respeito apenas à questão do Banestado. Consequentemente, nós gostaríamos de contar com o apoio dos Deputados desta Casa, para que esta proposta, realmente, seja levada em consideração, seja debatida e seja aprovada, porque nós não só pretendemos defender os interesses dos trabalhadores das estatais do Paraná, mas também defender a integridade dos servidores que estaremos preservando essas instituições.

Só para encerrar, Senhor Presidente, estaremos dando condições para que não hajam ações de determinados setores privados, visando o fim de empresas lucrativas, como é o caso do Banestado. O Banestado, está à mercê de ser privatizado se não houver um empenho da sociedade paranaense. E eu digo Banestado porque existe um projeto a nível nacional de privatização de todos os bancos estaduais. E estes bancos estaduais são os únicos bancos que têm uma ação social, ao contrário dos bancos privados, que apenas, atualmente, administram a dívida pública através da aplicação na especulação financeira.

Nós vamos ter hoje a noite, aqui, às 19 horas no plenarinho da Assembleia, um debate com o diretor-funcionário do Banespa, que foi eleito democraticamente pelo corpo funcional desse Banco paulista e que estará aqui hoje fazendo um debate conosco, em cima desta proposta que nós encaminhamos, através do Deputado Paulo Furiatti, à apreciação e aprovação da Assembleia Constituinte. E gostaríamos de contar com a presença, não só dos Deputados, mas de todos os companheiros aqui presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nereu Carlos Massignan)

- Nós agradecemos a participação da Federação dos Bancários, através do Senhor Roberto Pinto Ribeiro. Passamos a palavra

ao representante da corrente sindical classista, José Carlos Trizotti.

O SR. JOSÉ CARLOS TRIZOTTI - Senhor Presidente desta Sessão Solene, Senhores Deputados, companheiros sindicalistas, companheiros do Movimento Popular e Democrático do nosso Estado; do ponto de vista da corrente sindical classista, a realização desta Sessão Solene se reveste da maior importância possível. Na verdade, significa o reconhecimento por parte do Poder Legislativo do Estado do Paraná do clima de terror, de insegurança que se colocou o povo brasileiro. Este governo que patrocina, com o dinheiro do povo, campanhas publicitárias através da mídia eletrônica em horário nobre, taxando o povo, os trabalhadores, aqueles que lutam a duras penas por liberdade, por democracia, por pão e por terra, de terroristas.

Senhores Deputados, senhores sindicalistas, demais companheiros que nos ouvem; terroristas do ponto de vista da corrente sindical classista é o Governo, que impõe ao povo a fome, é um governo que empurra o povo à luta cada vez mais destemida. Isto é o verdadeiro terrorismo! Terrorismo é utilizar o dinheiro do povo para criar um clima de confusão. E é justificável, Senhores Deputados, senhores sindicalistas, essa atitude é completamente justificável. Ela se justifica porque neste ano de eleição presidencial, onde de um lado está o povo, lutando por avanços, lutando pela consolidação cada vez mais dos espaços democráticos e de luta. E de outro lado está a direita, está o detentor do grande capital, de outro lado está o regime militar, que engoliu a bomba do Rio-Centro! E que neste momento nada faz de concreto para apurar os crimes terroristas contra o povo. Sua única atitude é semear a confusão. Trabalhadores em greve são terroristas, são "badermeiros". Governador hoje candidato a Presidente da República que devolve aos usineiros o ICM que ele devia ter cobrado e não cobrou, este não é terrorista. Contra estes não existe atitude nenhuma.

No entanto, Senhores Deputados, simples pessoas comuns do povo passam ao lado do quartel do exército tão competente e não conseguem descobrir quem jogou uma bomba de fabricação caseira. Foi o povo. Tudo é o povo. Só não é o povo Senhores Deputados, senhores sindicalistas aqueles que a duras penas constroem as riquezas desta Nação. E isso é preciso que fique registrado nos anais da Assembleia Legislativa.

A Corrente Sindical Classista que aglutina hoje no Estado do Paraná ao qual nós representamos nesta oportunidade o conjunto de entidades sindicais que defen-

de o sindicalismo classista, de luta pelo socialismo não poderia se furtar nesta oportunidade e dizer também da sua posição e que junto com a Central Única dos Trabalhadores, junto com todo o Movimento Popular e Democrático Progressista caminharão juntos na defesa da democracia, mas na verdadeira democracia. Não a democracia deste Governo e desse regime.

Era isso Senhores Deputados e sindicalistas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nereu Carlos Massignan)

- Agradecemos a participação da Corrente Sindical Classista na pessoa de José Carlos.

Passamos a palavra ao próximo inscrito, é o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná, Dino Castilhos.

O SR. DINO CASTILHOS - Meus companheiros da Mesa, Senhores Deputados e lideranças aqui presentes e líderes sindicais.

Nós achamos importante discutir muito mais qual o significado da palavra democracia. Não só no sentido na qual hoje a nossa luta se coloca contra a repressão, contra a invasão de entidades populares, entidades estudantis, a morte e assassinato de lideranças sindicais e também a repressão ao Movimento dos Trabalhadores organizados. Mas, no sentido amplo da palavra democracia. Uma sociedade que realmente dê direito a todos, direito de cidadania.

A nossa sociedade, a sociedade brasileira ao nosso ver está muito longe disso. E é por isso que nosso diretório da Universidade Federal luta, pela verdadeira democracia na nossa sociedade.

Hoje, há cerca de 40 universidades federais em greve, numa total falta de condições de funcionamento. A gente vê isso por uma questão de prioridade de um governo que ao nosso ver não cumpre nem sequer a Constituição. Uma Constituição que está muito longe de ser uma verdadeira Constituição que os brasileiros realmente necessitam. Uma universidade que hoje carece totalmente do setor profissional, falta de estrutura para funcionar. Professores: estão proibidas as contratações; salários reduzidos para funções importantes; pesquisa, ciência e tecnologia vitais à independência e soberania do nosso País relegados ao segundo plano.

Tudo isso para nós também se coloca hoje no espectro da democracia.

Universidades federais que produzem mais de 90% da produção científica do País e que são relegados ao segundo plano. Uma tendência hoje a privatizar o ensino no País. O ensino superior que é um privilégio

de apenas 1% da nossa população. E desse 1% poucos são aqueles que realmente não podem, que são oriundos da classe dos trabalhadores, da classe menos favorecida em nosso País e que tem condição de chegar à Universidade Pública, porque mais de 70% de nosso ensino, hoje, está privatizado.

E é essa ofensiva hoje que se coloca em nosso País, é contra isso que nós lutamos e é isso que, para nós, significa a democracia.

Prezados Srs. no último dia 27 de maio, passado, o Diretório Central dos Estudantes foi invadido e sua sede depredada. Os arquivos foram revirados, portas arrombadas e o conjunto da estrutura foi pichado, depredado. Temos uma nota de repúdio hoje aqui, em relação a este ato.

"Com profunda indignação a Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, a Associação dos Funcionários da Universidade Federal do Paraná e o Diretório Central dos Estudantes tomaram conhecimento da violência contra o Diretório Central da UFPR, na madrugada do dia 27 último. O arrombamento, a depredação e o incêndio ocorrido na sua sede, exigem de todos nós que defendemos a livre circulação de idéias, um firme posicionamento. Neste momento que em se aviltam instituições democráticas e patrimônios públicos, manifestamos, com veemência o nosso repúdio a atitudes como estas, que visam entrar, através da violência o processo de organização da sociedade brasileira.

Diante do ocorrido reiteramos nossa intransigente posição de defesa da entidade dos estudantes, bem como a todas aquelas comprometidas com a construção de uma sociedade mais humana e mais solidária".

Curitiba, 29 de maio de 1989.

ASSINADO:- Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná.

Associação dos Servidores da Universidade Federal do Paraná.

Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- (Nereu Carlos Massignan) - Agradecendo a participação do Diretório Central dos Estudantes, na pessoa de Dino Castilhos, anunciamos o próximo orador inscrito representando a Sociedade União de Mulheres de Curitiba, Beatriz Grégori.

A SRA. BEATRIZ GRÉGORI:- Srs. Deputados, representantes de partidos políticos e de entidades sindicais populares.

Com certeza, cresce no nosso País e no mundo inteiro, a organização e mobilização das mulheres em torno da luta pela solução de seus problemas específicos.

Milhares e milhares de mulheres saem

às ruas na luta pelo fim das discriminações que enfrentam com relação à saúde, à violência, à educação e especialmente pelo reconhecimento da função social à maternidade e pelo direito ao trabalho.

Mas é também, com certeza, que a metade das mulheres, do nosso País se levanta decididamente junto a outra metade do exército de explorados e oprimidos, na luta pelas mudanças maiores que nosso País exige. Na luta pela reforma agrária, na luta pela garantia da soberania do nosso País, pelo fim do militarismo e especialmente a luta pela liberdade, a luta pela democracia no nosso País. Os setores mais reacionários da nossa sociedade, amedrontados com o avanço das lutas, com o avanço das greves que tendem a aumentar ainda mais, na situação econômica em que vivemos, com medo de que estas manifestações cresçam ainda mais e que milhões e milhões de brasileiros saiam às ruas, às praças públicas, especialmente neste momento de crise política, que acontece em todos os momentos de sucessão presidencial, amedrontados com isso lançam mão de atentados terroristas, de bombas, de cartas ameaçadoras a lideranças partidárias, sindicais e populares, na tentativa de impedir a luta.

A União de Mulheres de Curitiba e as mulheres de todo o Paraná, denunciam e condenam esse tipo de atitude anti-democrática, manifestação de quem está em desespero de quem vê o navio afundando e não tem solução. Atitude de quem não tem proposta às mudanças necessárias que o nosso País exige. É assim que as mulheres do nosso País denunciam e condenam todos os atos terroristas que acontecem, neste momento.

E por isso consideramos de fundamental importância, que todos os partidos, todas as entidades e setores organizados de nossa sociedade se organizem junto a todos os democratas na defesa da liberdade, na defesa de que esse momento político transcorra normalmente em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Nereu Carlos Massignan) -

Agradecemos a participação da Beatriz Grégori, de União de Mulheres de Curitiba, e anunciamos o próximo orador, Eonio Marques Cunha, da União Paranaense dos Estudantes (UPE)

O SR. EONIO MARQUES CUNHA - Srs. Membros da

Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Srs. Deputados e companheiros das galerias. Os atentados terroristas que hoje procuram desestabilizar o Brasil, em muito nos lembram um passado bastante recente, como o atentado no Rio-Centro, o atentado à Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, e o assassinato de Dona Lida, Secretária da Ordem dos Ad-

vogados do Brasil, todos ocorridos há mais de cinco anos e todos sem condição de solução até hoje.

Do mesmo modo, agora em que a democracia novamente volta a ser atacada, cumpre fazer um breve histórico dos últimos acontecimentos no Brasil. No dia 9 de novembro de 1988, sete operários da Companhia Siderúrgica Nacional são massacrados em Volta Redonda, no Rio de Janeiro. Em fins de abril, vereadores e dirigentes do Partido Comunista do Brasil, do Partido dos Trabalhadores e do Partido Comunista Brasileiro, aonde membros da Central Única dos Trabalhadores e da corrente sindical classista recebem vergonhosas ameaças por carta, de um grupo auto-intitulado C4P (Comando de caça aos comunistas, corruptos e clero-progressistas).

Na madrugada do dia 2 de maio, o terrorismo de ultra-direita novamente ataca com uma bomba criminosa o Monumento dos Mártires, do massacre de Volta Redonda, assumido por um grupo auto-intitulado falange patriótica, de claro conteúdo facista e paramilitar.

O início de maio o Sr. Sarney edita a medida provisória nº 50, uma versão piorada e canhestra da lei anti-greve nº 4.330, que procura de todas as formas restringir o direito de greve assegurando na Constituição Federal, pois tanto na nova República como na República velha a questão social continua sendo uma questão de polícia.

No dia 24 de maio o soldado do Exército Charles Fabiano da Silva é assassinado a tiros de metralhadora, ele que era testemunha ocular do atentado ao Memorial de Volta Redonda, caracterizando assim uma queima de arquivo. No dia 27 de maio, o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná, tem sua sede invadida e empastelada por um grupo auto-intitulado G.B.A.O. Os cinco andares da Entidade são depredados e as paredes pichadas e os arquivos revirados.

Nesse mesmo dia a sede do Sindicato dos Químicos de Guaratinguetá sofre um atentado criminoso e francamente premeditado, tendo sua sede incendiada e causando vários danos materiais.

E ainda por cima o Sr. Sarney lamenta ao pé do rádio as paralisações como sendo perigosas e desestabilizadoras. O Sr. Leônidas Pires Gonçalves, Ministro do Exército, atribui esses atentados da direita a uma reação aos movimentos grevistas. As elites dirigentes consideram que ele chama de grevismo selvagem como um plano arquitetado para desestabilizar o país e a legalidade.

Como na verdade os trabalhadores não saíram um milímetro sequer dos marcos da legalidade, pois a greve é um direito le-

Curitiba, quarta, em 21.06.89

gal e democrático assegurado na Constituição.

Na verdade é o Governo Sarney que tem sido totalmente arbitrário, ao fazer uso indiscriminado da medida provisória, que é o novo nome do Decreto-Lei. Tudo isso, senhores, faz parte da preparação de ataques ao povo e a legalidade democrática. A palavra de ordem que as elites dirigentes lançam hoje, é a do endurecimento ou seja, do ataque aos trabalhadores e ao povo em geral, reprimindo-os e fazendo ameaças golpistas para as elites.

A instabilidade política e econômica do Brasil seria provocada pela justa luta do povo brasileiro, isto porque Srs., as elites não querem assumir a sua própria e única responsabilidade nesse quadro de instabilidade, porque se mostram incapazes de solucionar os grandes problemas nacionais.

Na verdade, as classes dominantes estão sem qualquer alternativa para enfrentar a sucessão presidencial, que se aproxima e assim atacam raivosamente aos democratas e progressistas. Com base neste alarmante quadro, os setores democráticos, progressistas se unem para defender a democracia e a Constituição Federal.

No Rio de Janeiro foi criado o "SOS Democracia", composto entre outros, por personalidades como Barbosa Lima Sobrinho, da Associação Brasileira de Imprensa; Hermann Baeta, da OAB; que são históricos democratas, defensores dos direitos e das garantias individuais e coletivas.

No Paraná, no mesmo sentido foi criado o Comitê de Defesa à Democracia dos Direitos dos Trabalhadores integrados pelos sindicatos e entidades populares, e a Frente Parlamentar em defesa da democracia, composta por Deputados desta Casa, como S.Exa., o Deputado Nereu Carlos Massignan e vereadores de Curitiba, numa atitude muito louvável. Por isto tudo, os trabalhadores, o povo em geral e todos os verdadeiros democratas, independente de filiação partidária são os maiores interessados na manutenção da estabilidade democrática, e na defesa da Constituinte.

E além de exigir seus direitos vão somar forças para rechaçar a repressão, as ameaças golpistas e o recrudescimento da direta terrorista.

Hoje, mais do que nunca precisamos apoiar e fortalecer as lutas e a unidade popular, do mesmo modo que exigir a apuração e a punição dos responsáveis pelos atentados.

E além disso tudo, a União Paranaense dos Estudantes vem conchamar os partidos políticos, as personalidades democráticas aqui presente, e todas as entidades sindicais e populares, a manifestarem sua solidariedade aos estudantes e ao povo chi-

nês, na sua luta, semelhante à nossa, por liberdades democráticas, e a manifestar seu repúdio ao Governo chinês que, não passa de uma ditadura militar, e que por isso mesmo massacrrou o povo na Praça da Paz Celestial, e agora o massacra novamente, em seus pseudo-tribunais e falsos julgamentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Nereu Carlos Massignan) Agradeço a participação da União Paranaense dos Estudantes, através do estudante Eonio Marcos Cunha, passamos a palavra a Ariovaldo Figueiredo, do Sindicato dos Correios, Presidente do Sindicato dos Correios.

O SR. ARIOVALDO FIGUEIREDO - Na verdade, quero mais ler apenas uma moção aqui; eu sou trabalhador dos correios; na última greve a Empresa de Correios do Paraná, há questão de um mês apenas, demitiu 113 companheiros; entre estes demitidos, uma Sra. grávida, dirigentes sindicais inclusive, que estão sofrendo processo aí da Empresa. Então passo a ler a moção, haja vista o adiantado do tempo.

"Nós, trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, denunciaremos ante os Srs. Deputados, e os partidos, entidades e trabalhadores aqui presentes, as demissões em massa efetuada pela direção da ECT Paraná. Até agora 113 companheiros foram demitidos porque exerciam o legítimo direito de greve.

Continuam demitindo em outros estados, como Pernambuco, São Paulo, Paraíba, Pará. Mas, a direção da ECT, foi mais além, demitiu uma companheira grávida, e hoje, promove verdadeiras sessões de tortura psicológica contra funcionários da direção da ECT, inclusive dirigentes sindicais, tentando fazê-los confessar crimes que não cometeram. Propomos a esta Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que aprove esta moção de repúdio às atitudes repressoras da direção da ECT, regional, e nacional."

Basta de repressão.

Passo então esta moção.

O SR. PRESIDENTE (Nereu Carlos Massignan) - Agradecemos a participação do Presidente do Sindicato dos Correios, Ariovaldo Figueiredo, e como penúltimo orador inscrito, o Secretário Geral da Juventude Socialista do PDT, Alexandre Vidal.

O SENHOR ALEXANDRE VIDAL - Nós queremos, em nome da Juventude Socialista do PDT, em nome do PDT, também, associando-nos às palavras do Deputado Algaci Túlio, manifestar ao Deputado Nereu Massignan, à

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e ao Presidente da Casa Deputado Anibal Khury, o nosso apreço pela idéia de promover esta sessão, realmente, da mais alta importância.

Mas, a juventude tem assumido no processo político atual, e é da história da juventude, assumir uma posição dialética da interpretação dos fatos. E esta posição dialética nós nos damos o direito de assumir aqui também e nos perguntamos: dia de defender a democracia é um só dia? Dia de defender a democracia é só o vinte e um de junho? Não, nos parece que é mais, nos parece que dia de defender a democracia são todos os dias do ano. Porque democracia é vida e dia de defender a vida são todos os dias do ano. E também é importante esta data porque nós a usamos como um marco para reflexão. Vamos pensar o que é democracia, vamos pensar o que é a democracia que temos e a democracia que queremos. Vamos fazer uma análise sociológica do real e do ideal. O real: o que nós temos? Uma democracia que permite a sua liberdade, permite que você seja livre para comprar uma calça de jeans ou uma calça de popeline, desde que você tenha dinheiro para comprar a calça de popeline. Uma democracia que lhe permite morar no bairro Schaffer em Curitiba e morar na Fazendinha, desde que você tenha dinheiro para comprar um apartamento no bairro do Schaffer, desde que você tenha dinheiro para ter um bocado de terra na Fazendinha. Esta é a democracia real. A democracia ideal qual é? É a democracia que garante pão a todos, é a democracia que garante chão a todos, é a democracia que, sobretudo, garante dignidade a todos.

A análise que temos feito, não só hoje, neste dia que se dedica à democracia, mas, em todos os dias da democracia, é a de levar a um pensamento de reflexão do que queremos, do que é o ideal que, logicamente, se contrapõe ao real. O que é ideal? É o regime que abata as diferenças sociais, é uma regime que suprima as injustiças sociais. O Brasil sofre de um modelo injusto, um modelo opressor e assenta-se em injustiças sociais. E a nossa proposta é a de mudança, é a de construção de um novo caminho, é a de transformação. Esta proposta é para construção de um novo País, regido por um modelo econômico por um modelo social diferente. Se isto se chama socialismo nós não dizemos ou diria Karl Max ou diriam os demais precursores da Sociologia ou diria Durkheim ou diria ou outros, Spencer, ou os outros demais precursores da sociologia. Mas, nós não queremos dizer. Queremos dizer que queremos um País diferente, um País com mais liberdade e com mais justiça e se isto conduz a um pensamento socialista é uma

coisa que vai do aprendizado e da reflexão de cada um.

O que é importante nós deixamos claro hoje? Que democracia não é um só dia, são todos os demais dias do ano. E que a luta da Juventude Socialista do PDT, ao lado de todos os demais organismo de juventude do País e ao lado dos demais organismo de juventude do mundo, têm lutado por isso.

Nós estaremos representados no festival mundial da juventude, na Coréia do Norte e a nossa proposta reside nisso, reside na democracia como pré-requisito para construção de sociedade solidárias, fraternas, justas e libertárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nereu Carlos Massignan) - Última entidade inscrita, Sindicato dos Servidores Públicos do Poder Legislativo, Walmor Marcelino, enquanto agradecemos Alexandre Vidal pela sua participação em nome da Juventude Socialista.

O SR. WALMOR MARCELINO - Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Senhor Presidente desta Sessão, Senhores Deputados, Senhores representantes populares.

O Sindicato dos Servidores Públicos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná é um produto novo, é um produto da fase da constitucionalização brasileira, onde aos servidores públicos foi deferida a oportunidade de se associarem e se representarem junto ao patronato, que são as próprias instituições maiores do País e dos estados.

Nós temos um dever de lutar pela Constituição e pela democracia uma vez que somos um produto, somos a expressão dessa nova fase, ainda que algumas entidades venham questionando se ali na Constituição onde se fala em Associação Sindical se quer dizer sindicato, ainda que esta forma de blague do poder se coloque publicamente até mesmo como ofensa à inteligência dos brasileiros, nós temos que lutar pela democracia, mesmo essa democracia aqui classificada sob vários aspectos com alguns pontos negativos, que seria a democracia formal.

Nós entendemos que sem essa democracia formal, sem o estado de direito, nós evidentemente regredimos à condição de "semi barbarie", então é necessário que nós unamos a nossa força na defesa do estado de direito democrático, não qualquer estado de direito que nós sabemos que na história recente, o estado de direito foi constituído através de atos institucionais, o estado de direito democrático como um passo decisivo para a mudança dessa sociedade.

Acreditamos que o Poder Legislativo

tem um papel especial nesse processo, que ele tem que emitir na condição de executor dessa transformação e não delegar ao Poder Executivo, tão ocioso do seu aspecto imperial, não pode delegar ao Poder Executivo aquelas tarefas que ele vem até substituindo os outros poderes e ao Poder Legislativo então compete, no nosso entendimento a defesa apaixonada dessa transição democrática, para que possamos, a partir de um estado de direito democrático, chegar ao estado de direito democrático e social e que a partir de um estado de direito democrático e social as forças vivas da sociedade decidam qual a melhor forma, qual o melhor modelo pelo qual o povo deva representar-se.

A luta pelo estado de direito democrático, não é nem pode ser objetivo de restrições por parte daqueles que desejam a transformação da sociedade. Criou-se de algum tempo esta parte a deficiência cultural de considerar este estado de direito democrático como de uso exclusivo das forças da produção, das forças produtoras indiretas, da burguesia enfim, como se aos trabalhadores não interessasse o estado de direito democrático em que as partes pudessem litigar sob o direito, sob a lei e pudessem exercer sua pressão e suas legítimas reivindicações.

Considero uma deficiência muito grave no meio sindical, uma deficiência gravíssima em termos políticos em alguns partidos, o menosprezo com que vem colocando a questão do estado de direito democrático, sabemos como foi difícil chegar até aqui com algumas liberdades individuais já em pleno exercício, com algumas liberdades sociais já colocadas em disputa embora as restrições com que resistem, de que se valem os que detêm o poder para impedir os direitos sociais.

Ainda assim, sabemos que a luta não se esgotou e se amplia e que ela é um processo. Se nós não fincarmos pé nessas conquistas já alcançadas, se não soubermos fazer a passagem desses direitos individuais para os direitos sociais mais amplos, é porque com certeza não merecemos ainda essa oportunidade histórica.

Para encerrar, tenho a impressão de que nós todos devemos refletir sobre o foco dessas tensões. Essas tensões têm partido exemplarmente no mau sentido do Poder Executivo Central, no seu contencioso contra o Poder Legislativo Central, contra o Parlamento Nacional, este é o mau exemplo que está em vigência no País, este é o mau exemplo em que o Ministro da Justiça se faz de jurisprudência da nova Constituição, ainda que ela não tenha sido apreciada em seus diversos aspectos, o Ministro da Justiça e às vezes o Ministro do Exército se fazem de exegetas, de hermeneutas

dos direitos que estão agora capitulados na nova Constituição, mas creio que a nossa resistência e a nossa decisão poderão vencer esses obstáculos e então chegarmos ao estado de direito democrático, onde a punição a delinquentes como aqueles que no Pará, em nome até das instituições do Estado, utilizam a força contra os posseiros, será objeto de punição, onde os abusos do Poder serão severamente punidos.

Acho que esta é a nossa luta. Acho que esta é a nossa forma mais eficiente de combater o terrorismo, com esclarecimento, com consciência das diversas contradições que enfrentamos e dos melhores métodos para se chegar aos nossos objetivos.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nereu Carlos Massignan)

Agradecemos a participação do Sindicato dos Funcionários Públicos do Poder Legislativo, na pessoa do Walmor Marcelino, seu Presidente.

Nós temos duas moções aqui apresentadas, uma, apelo do Partido Socialista Brasileiro, que se encaminhe uma moção ao Governador Guérios, do Pará, para que investigue as violências praticadas contra líderes sindicais, políticos, parlamentares, Hélio Guérios, Governador do Pará. Em discussão a moção. Em votação. Aprovado.

MOÇÃO DE APOIO

Dirigida ao Governador
Hélio Gueiros, do Pará

Exige a apuração dos crimes e violências que vêm sendo cometidas contra Lideranças Sindicais, trabalhadores, posseiros, no Estado do Pará, entre elas dos líderes Paulo Fonteles, do Deputado João Carlos Batista, e a severa punição dos culpados.

A segunda moção é que esta Sessão Especial da Assembléia aprove moção de repúdio às autoridades repressoras da Direção Nacional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do Paraná. Em votação. Aprovado.

MOÇÃO DE APOIO

Nós, trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, denunciaremos ante os Srs. Deputados e os Partidos, entidades e trabalhadores aqui presentes, as demissões em massa efetuadas pela direção da empresa. Até agora, 113 companheiros foram demitidos porque exerciam o legítimo direito de greve. Continua demitindo em outros Estados como Pernambuco, São Paulo, Paraíba, Pará. Mas a direção da ECT foi ainda mais longe: demitiu uma compa-

nheira grávida e hoje promove verdadeiras sessões de torturas psicológicas contra funcionários da ECT, inclusive dirigentes sindicais, tentando fazê-los confessar crimes que não cometeram.

Propomos a esta sessão especial da Assembléia Legislativa do Paraná, que aprove esta moção de repúdio às atitudes represoras da Direção Regional e Nacional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Basta de repressão.

(a) AREOVALDO ALVES DE FIGUEIREDO

Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do Paraná - SINTICOM/PR.

As respectivas moções serão encaminhadas às devidas autoridades no momento oportuno.

Antes de encerrar, cabe a esta Presidência agradecer à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, Deputado Anibal Khury, que prestou inestimável colaboração para que isto se efetivasse, colaboração material, colaboração em todos os aspectos, e cabe ressaltar também a presença de todos aqui, agradecendo não só a presença, mas a efetiva participação, a demonstração de que esta preocupação na defesa da democracia, da liberdade, não tem um Partido, não tem um dono, um proprietário. A ela, quando está em jogo, quando está em perigo se somam todas as forças mesmo contrárias de pensamento. E isto é o que prevalece, é impotante, e num fato inédito, a Assembléia abriu as portas hoje com a par-

ticipação ampla, efetiva; ouvimos aí várias ponderações, enfim, o Poder Legislativo exerce o seu papel, sabe que na ameaça da democracia o primeiro a ser atingido é exatamente este Poder que abre as portas sempre, este Poder que sempre é também aquele que abre para o debate, o Poder que realmente, sem armas mas tem a grande arma que é a arma de ter o Parlamento aberto e aqui se registrar os pensamentos, sejam eles contraditórios ou não. Isto que é importante.

Cabe registrar também, antes de encerrar, que ontem, nesta Assembléia Legislativa, foi aprovada, por proposta da Bancada do PSDB, com o apoio de todos os partidos da Assembléia, a instalação do Comitê "Vida aos Chineses", como manifestação de solidariedade, de protesto aos duvidosos julgamentos que estão sendo feitos na China.

Este Comitê vai funcionar aqui, anexo ao Comitê de Imprensa, e eu pediria então aos presentes e às entidades aqui representativas que já assinaram o livro, que divulgassem isto e fizessem o encaminhamento das manifestações diretamente à Assembléia Legislativa e daqui nós faremos chegar ao conhecimento do Governo Chinês.

Nada mais havendo a tratar nesta Sessão Especial em defesa da democracia, declaro encerrada a presente sessão, agradecendo a presença de todos.

Muito obrigado.

(Palmas)